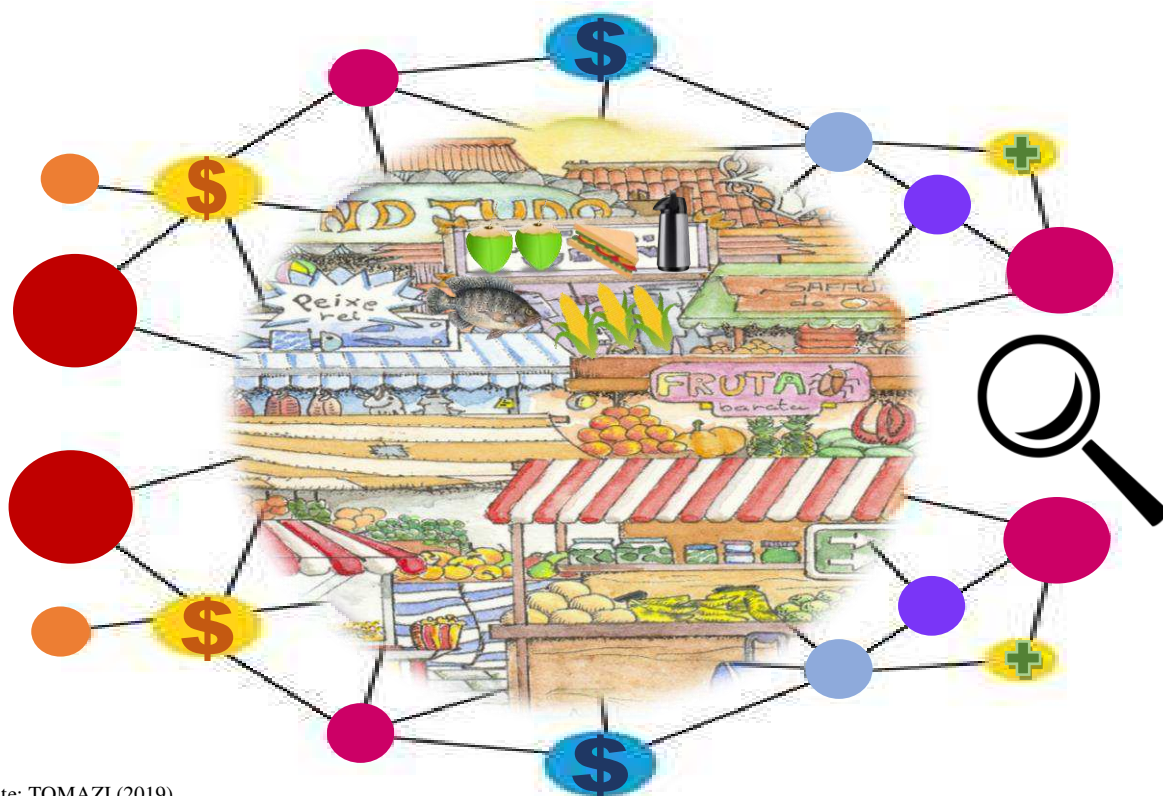


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA BACHARELADO

RITA DE CÁSSIA GOMES DA SILVA

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE FEIRAS LIVRES DO MUNICÍPIO DE
ALCÂNTARA – MA



Fonte: TOMAZI (2019)

SÃO LUÍS

2019

RITA DE CÁSSIA GOMES DA SILVA

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE FEIRAS LIVRES DO MUNICÍPIO DE
ALCÂNTARA – MA**

Monografia apresentada ao Curso de Agronomia Bacharelado do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Orientadora: Professora Dra. Ariadne Enes Rocha

SÃO LUÍS

2019

Silva, Rita de Cássia Gomes da.

Diagnóstico socioeconômico de feiras livres do município de Alcântara-Ma /
Rita de Cássia Gomes da Silva.– São Luís, 2019.

79 f

Monografia (Graduação) – Curso de Agronomia, Universidade Estadual do
Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Ariadne Enes Rocha.

1.Comercialização. 2.Geração de renda. 3.Cultura. I.Título

CDU: 631:339.177(812.1)

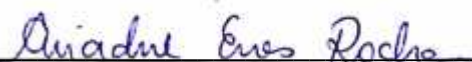
RITA DE CÁSSIA GOMES DA SILVA

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE FEIRAS LIVRES DO MUNICÍPIO DE
ALCÂNTARA – MA**

Monografia apresentada ao Curso de Agronomia Bacharelado do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Aprovada em: 18/12/2019

BANCA EXAMINADORA



Professora Dra. Ariadne Enes Rocha – Orientadora
Departamento de Fitotecnia e Fitossanidade/CCA/UEMA



Professora Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati
Departamento de Economia Rural/CCA/UEMA



Professor Msc. Fábio Pierre Fontenele Pacheco
Departamento de Economia Rural/CCA/UEMA

Dedico este trabalho ao Deus uno e trino: Pai, Filho e Espírito Santo, como primícias, sinal de gratidão e fidelidade, uma forma de honrá-Lo. Só Ele, que sonda os corações, sabe o quanto foi difícil para mim! Sozinha permaneceria no meu cemitério de esperanças, mas com sua presença doce e incomparável foi possível transformar as esperanças enterradas em colheita. Assim, o primeiro fruto, este prelúdio, cabe a Ele. E que este alcance o Seu coração e seja aceito com agrado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor e princípio de todas as coisas. Agradeço por ter-me fortalecido nas fraquezas, me confortado nas lágrimas e me acompanhado nas alegrias. Agradeço por ser a luz que me ilumina e me conduz em todos os momentos da minha vida.

À minha mãe Florilina Ramos Gomes (minha querida Flor), por todo amor, carinho, paciência, compreensão e apoio que tenho recebido. Sem esse amor, carinho, paciência, compreensão e apoio; afinal, sem a sua presença, não saberia como caminhar, eu andaria a vacilar. Com certeza este trabalho com todas as suas recompensas não é só meu, mas nosso.

Ao meu pai José Edilson Vale da Silva, que apesar da distância, também esteve presente, custeando as minhas despesas e torcendo pelo meu sucesso, meu crescimento tanto pessoal como profissional. Ele acreditou em mim, e vejo, neste trabalho, uma forma de retribuir.

À minha tia Antonísia Ramos Gomes, que acolheu em sua casa uma receosa menina do interior (eu), ela acreditou em mim, quando eu mesmo não acreditava. A ela, e a toda a minha família, quero expressar minha imensa e sincera gratidão.

Ao meu querido tio Florival Ramos Gomes (*in memoriam*), acredito que nestes últimos anos, com o acúmulo de atividades, tanto profissionais como acadêmicas, acabei não dando a atenção necessária, principalmente nos acompanhamentos médicos. Com a sua partida repentina, ficou a saudade, talvez um pouco de remorso e/ou a reflexão sobre o que poderia ser diferente... Mas também fica a convicção de que sonhos são sonhos e nada tem a ver com a idade, no auge dos seus 75 anos, jamais deixou de sonhar e construir seus projetos). De fato, como belamente falava Clarice Lispector, podemos sonhar com o que quisermos, pois só temos uma vida, portanto, que tenhamos esperança suficiente para fazê-la feliz e isso independe da faixa etária.

A todos os professores que passaram pela minha vida (da infância até hoje), eu registro aqui meu muito obrigada! Mas, neste momento, considero que convém especificar alguns professores da graduação, a saber: Airton Antelmo de Sousa, Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati, Ana Maria Silva de Araújo, Antonia Alice Costa Rodrigues, Ariadne Enes Rocha, Cláudio Belmino Maia, Conceição de Maria Marques Oliveira, Darlan Weskley Sousa Silva, Emanuel Gomes de Moura, Francisco Carneiro Lima, Francisco Nóbrega dos Santos, Helder Luís Chaves Dias, Janaina Marques Mondego, João José Mendes Silva, José Geraldo Bogéa de Góes Fonseca, José Ribamar Gusmão Araújo, Josiane Marlle Guissem, Juliane Borralho de Andrade, Maria Cristina da Silva Mendonça, Maria Rosangela Malheiros Silva,

Marlen Barros e Silva, Moises Rodrigues Martins, Raimunda Nonata Santos de Lemos e William de Jesus Ericeira Mochel Filho. Eles sabem das dificuldades que enfrentei ao longo do curso, as travessias, as ausências, podiam simplesmente me ignorar; mas, escolheram me ouvir, compreenderam-me e ajudaram-me.

À secretária Denise Araújo da Silva, bem como a Maria Aniceta Sequeira Rodrigues (Dona Cecé) e Júlio César Barbosa Bezerra (Sr. Júlio), funcionários que com benevolência e amabilidade não mediram esforços em me ajudar na minha sinuosa trajetória na UEMA. Todo auxílio e gestos de solicitude foram vistos com o coração, portanto, não ficaram invisíveis; do contrário, estarão para sempre bem nítidos na memória e o sentimento de gratidão gravado eternamente no coração.

À professora Ariadne Enes Rocha, pela solicitude e compaixão em me aceitar como orientanda mesmo diante de toda conjuntura adversa. Agradeço a orientação comprometida e paciente, mesmo diante dos meus momentos de extrema desmotivação e desesperança.

Aos(as) feirantes/vendedores(as) da cidade de Alcântara – MA e do Terminal Cujupe, que, voluntariamente e gentilmente, aceitaram participar da presente pesquisa, compartilhando suas experiências cotidianas, saberes, dificuldades e esperanças. Assim, o meu obrigada a estes(as) não é apenas uma formalidade, um reconhecimento cognitivo; na verdade, é uma forma de dar graças pela confiança depositada, o que, conseqüentemente, cria vínculos e confirma a responsabilidade social deste trabalho.

À Banca Examinadora, composta pelo professor Fábio Pierre Fontenele Pacheco e pelas professoras Ariadne Enes Rocha (orientadora) e Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati. Agradeço a disponibilidade e a solicitude em ler e avaliar este Trabalho de Conclusão de Curso, bem como por todas as significativas contribuições que trouxeram para aprimorá-lo.

Enfim, a realização deste trabalho contou com a colaboração de muitas pessoas; assim, confesso que acumulei uma quantidade de dívidas impagáveis, não sei como saldá-las, apenas sei que felizmente tenho muito agradecer.

*E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.*

(João Cabral de Mello Neto, 1955)

RESUMO

As feiras livres existem desde os tempos mais remotos e constituem uma das formas mais antigas de comercialização. Contudo, diante das mutações que aconteceram na sociedade moderna, estes espaços socioeconômicos também tiveram que se adaptar, de forma que têm conseguido se manter como canal de comercialização. Dessa forma, as feiras representam, ao mesmo tempo, símbolo de resistência, mas também uma ação estratégica atual de desenvolvimento rural e urbano. Com efeito, esta pesquisa buscou adentrar na dinâmica de duas feiras livres do município de Alcântara – MA, a fim de realizar um diagnóstico socioeconômico e cultural dos (as) feirantes que comercializam seus produtos neste espaço. Para tanto, o estudo seguiu uma metodologia que possibilitasse alcançar os objetivos propostos, a partir de uma pesquisa bibliográfica e de campo. Adotando uma abordagem quanti-qualitativa, foram utilizados dois instrumentos complementares para a coleta de dados: questionário e registros no caderno de campo. A análise dos dados quantitativos foi apoiada em elementos da Estatística Descritiva, enquanto os dados qualitativos foram trabalhados a partir da abordagem análise de conteúdo temática. A partir desta análise, identificou-se que os feirantes da cidade de Alcântara – MA são, em sua maioria: do sexo masculino; com média de idade de 46 anos; tem um baixo nível de escolaridade e a renda familiar mensal é inferior ou igual a um salário mínimo (R\$ 998,00). Enquanto que os(as) feirantes/vendedores(as) do Terminal do Cujupe – MA são, em sua maioria: do sexo feminino; com média de idade de 38 anos; tem um baixo nível de escolaridade, mas algumas conseguiram concluir a educação básica (completaram o Ensino Médio), e a renda familiar mensal também é inferior ou igual a um salário mínimo. Os resultados mostraram também que as feiras apresentam dificuldades em termos de estrutura física e capacidade organizativa, bem como se observou a importância do fortalecimento destes feirantes em redes e associações, a fim de requererem políticas públicas que os beneficiem. Portanto, embora se reconheça a necessidade de novos estudos que aprofundem este tema e considerem inclusive a percepção dos consumidores que frequentam estes espaços, esta pesquisa confirmou a importância econômica das feiras, como fonte de subsistência e geradora de renda, mas também, para além disso, como importantes espaços de trocas de valores, inclusive culturais, que possibilitam novas relações e aprendizados, traduzindo os estilos de vida das pessoas que as compõem.

Palavras-chave: Comercialização. Geração de renda. Cultura.

ABSTRACT

Free markets have been around since ancient times and are one of the oldest forms of marketing. However, in view of the changes that have taken place in modern society, these socioeconomic spaces have also had to adapt, so that they have been able to remain a marketing channel. Thus, the fairs represent, at the same time, a symbol of resistance, but also a current strategic action for rural and urban development. Indeed, this research sought to enter the dynamics of two free fairs in the municipality of Alcântara - MA, in order to make a socioeconomic diagnosis of the marketers who market their products in this space. To this end, the study followed a methodology that made it possible to achieve the proposed objectives, from a bibliographic and field research. Adopting a quantitative and qualitative approach, two complementary instruments were used for data collection: questionnaire and field notebook records. The analysis of quantitative data was supported by elements of Descriptive Statistics, while the qualitative data were worked from the thematic content analysis approach. From this analysis, it was identified that the fairgrounds of the city of Alcântara – MA are mostly: male; with a mean age of 46 years; Has a low level of education and monthly family income is less than or equal to a minimum wage (R \$ 998.00). While the merchants / sellers of the Cujupe – MA Terminal are mostly: female; with an average age of 38 years; have a low level of education, but some have been able to complete basic education (have completed high school), and monthly family income is also less than or equal to a minimum wage. The results also showed that the fairs present difficulties in terms of physical structure and organizational capacity, as well as the importance of strengthening these markets in networks and associations, in order to require public policies that benefit them. Therefore, while recognizing the need for further studies that deepen this theme and even consider the perception of consumers who frequent these spaces, this research confirmed the economic importance of fairs as a source of subsistence and income generator, but also beyond that, as important spaces for exchange of values, including cultural ones, that enable new relationships and learning, translating the lifestyles of the people who compose them.

Keywords: Marketing. Income generation. Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Atividades e relações no “Novo Rural”	21
Figura 2	Tipos de Circuitos Curtos de Comercialização	27
Figura 3	Feira Livre da Cidade de Alcântara – MA	35
Figura 4	Feira do Terminal do Cujupe/Alcântara – MA	35
Figura 5	Mapa da Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís	36
Figura 6	Configuração da Feira da Cidade de Alcântara – MA por gênero	42
Figura 7	Configuração da Feira do Terminal do Cujupe – MA por gênero	42
Figura 8	Distribuição dos(as) feirantes da cidade de Alcântara/MA por situação conjugal	44
Figura 9	Distribuição dos(as) feirantes do Terminal do Cujupe/MA por situação conjugal	45
Figura 10	Local de moradia dos(as) feirantes da cidade de Alcântara/MA.....	47
Figura 11	Local de moradia dos(as) feirantes do Terminal do Cujupe/MA.....	47
Figura 12	Nível de Escolaridade dos(as) feirantes da cidade de Alcântara/MA	47
Figura 13	Nível de Escolaridade dos(as) feirantes do Terminal do Cujupe/MA	48
Figura 14	Distribuição dos(as) feirantes da cidade de Alcântara/MA por raça/cor.....	49
Figura 15	Distribuição dos(as) feirantes do Terminal do Cujupe/MA por raça/cor.....	49
Figura 16	Configuração da Feira da cidade de Alcântara/MA por renda familiar	50
Figura 17	Configuração da Feira do Terminal do Cujupe/MA por renda familiar.....	50
Figura 18	Frequência dos(as) feirantes na Feira da cidade de Alcântara/MA.....	51
Figura 19	Frequência dos(as) feirantes na Feira do Terminal do Cujupe/MA	52
Figura 20	Tempo de Trabalho dos(as) feirantes na Feira da cidade de Alcântara/MA ..	53
Figura 21	Tempo de Trabalho dos(as) feirantes na Feira do Terminal do Cujupe/MA .	53
Figura 22	Pontos positivos da Feira da cidade de Alcântara/MA.....	55
Figura 23	Pontos positivos da Feira do Terminal do Cujupe/MA.....	55
Figura 24	Pontos negativos da Feira da cidade de Alcântara/MA.....	57
Figura 25	Pontos negativos da Feira do Terminal do Cujupe/MA.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Caracterização da pesquisa.....	37
Tabela 2	Produtos comercializados pelos(as) feirantes da Feira da cidade de Alcântara, MA.....	61
Tabela 3	Produtos comercializados pelos(as) feirantes da Feira do Terminal do Cujupe, Alcântara, MA	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC	Circuito Curto
CEASA	Centro Estadual de Abastecimento
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
MECB	Missão Espacial Completa Brasileira
ORNA	Ocupações não-agrícolas
PNAE	Programa Nacional de Atividades Espaciais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVOS	17
2.1	Objetivo geral	17
2.2	Objetivos específicos	17
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
3.1	As Mutações do Meio Rural	18
3.2	Estudo sobre as Feiras: algumas perspectivas de análise	22
3.2.1	Feiras numa perspectiva histórica	23
3.2.2	Feiras na perspectiva socioeconômica	26
3.2.3	Feiras na perspectiva cultural	29
4	METODOLOGIA DE PESQUISA	32
4.1	Conhecendo o município de Alcântara – MA	32
4.1.1	<i>Locus</i> da pesquisa.....	35
4.2	Caracterização da pesquisa	37
4.3	Participantes da pesquisa	38
4.4	Instrumentos	39
4.5	Procedimentos	40
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
5.1	Perfil sociodemográfico dos participantes	42
5.2	Caracterização do trabalho dos(as) feirantes	51
5.3	Caracterização das Feiras: pontos positivos e pontos negativos	54
6	CONCLUSÃO	65
	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	76
	APÊNDICE B – Questionário sociodemográfico, sobre as atividades dos(as) feirantes e sobre as feiras	78

1 INTRODUÇÃO

A sociedade se movimenta e tem vivenciado mutações constantes; o espaço rural, por sua vez, não fica ileso a estas transformações, mas acompanha este processo. Nesse contexto, Fehrenbach e Salamoni (2018) destacam as mudanças que começaram a partir de 1990, quando o país, por meio de algumas políticas públicas, adotou e tem difundido o conceito de multifuncionalidade.

Os princípios da multifuncionalidade da paisagem rural e da agricultura implicam a superação da perspectiva puramente econômica, através da integração de objetivos produtivos, ecológicos e culturais, em que todos são igualmente importantes.

Dessa forma, Carneiro e Maluf (2003) definiram quatro funções ligadas à multifuncionalidade da agricultura familiar no contexto brasileiro, a saber: reprodução socioeconômica das famílias rurais; manutenção do tecido social e cultural; promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade e conservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Neste trabalho, sem desconsiderar a relevância de cada uma destas funções, será dado ênfase às duas primeiras, uma vez que se buscou problematizar: como as feiras se constituem como um evento social? Estes espaços singulares de comercialização de produtos podem contribuir para a reprodução socioeconômica das famílias rurais e manter o tecido social e cultural?

Com efeito, a feira livre é uma das atividades comerciais mais antigas da humanidade, conhecidas desde os gregos e romanos na Antiguidade. No entanto, de acordo com Cavalcanti et al. (2014), elas tornaram-se ainda mais importantes, a partir da chamada Revolução Comercial¹. Daí então cresceu consideravelmente até o século XIII. Em seguida, passaram por transformações em virtude do avanço da tecnologia e das mudanças exigidas pelo tempo, mas permanecem até os dias de hoje, preservando muitos aspectos primordiais de seu desenvolvimento.

Santos (2019) ressalta que mesmo com o aparecimento das lojas, supermercados e *shoppings*, as feiras permanecem colorindo as pequenas e grandes cidades do mundo, reafirmando uma das mais antigas tradições da sociedade.

¹ Embora alguns autores considerem que o termo “revolução” não seja apropriado para caracterizar as transformações que ocorreram a partir do século XI, uma vez que não foi um processo abrupto, mas se efetivou durante aproximadamente dois séculos. Aqui, como se entende revolução como um processo de transformação profunda, e se considera que as modificações na Baixa Idade Média foram profundas e radicais, levando ao desenvolvimento comercial e urbano e preparando o advento do moderno capitalismo, optou-se por manter o termo.

Dessa forma, não podem ser caracterizadas como um meio de abastecimento “ultrapassado”, visto que ainda constituem um meio eficiente de distribuição de alimentos; fazem parte da nossa cultura; muitas famílias são beneficiadas, trabalhando ou consumindo, e se caracterizam como uma ação estratégica de desenvolvimento rural (PECCINI et al., 2015; SANTOS, 2019).

Nesse contexto, Luciano (2017), em um estudo realizado na Feira do Produtor Familiar – Feira Corujão, em Rio Claro – SP, verificou que tanto os produtores/feirantes como consumidores/frequentadores percebiam a feira como uma iniciativa positiva, uma vez que funcionava como um meio facilitador de aproximação entre eles, ultrapassando relações de simples trocas mercantis. Além disso, esta aproximação possibilitava também, aos consumidores, maior confiança no alimento consumido e preços justos e, aos produtores, um ganho de autonomia.

De maneira semelhante, Lucena et al. (2018), em um levantamento socioeconômico dos feirantes que comercializam seus produtos na feira livre da cidade de Vicência – PE, embora tenham observado alguns problemas em relação à estruturação organizativa do ambiente, ausência de assistência técnica especializada e ineficiência das políticas públicas, concluiu que a feira gera um impacto econômico e social positivo, tendo além da geração de renda, uma maior confiabilidade da população em relação ao consumo dos produtos comercializados.

Com efeito, diante das influências da globalização sobre os hábitos alimentares, por meio do consumo padronizado e da disponibilidade e facilidade dos alimentos industrializados, os alimentos *in natura*, oferecidos nas feiras, são reconhecidos como alimentos de qualidade única. Além da qualidade reconhecida, as feiras também são peças chave na garantia de acesso a alimentos social e culturalmente referenciados (PIERRI; VALENTE, 2011).

Dessa forma, no cenário atual, em que se enfatiza a questão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)², Ramos (2015) destacou o papel das feiras livres como potenciais espaços de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e promoção de SAN, e Dias Junior (2015) também as caracterizou como um espaço social alimentar, em que se evidenciam vários elementos, entre estes, o sistema alimentar e os hábitos de consumo.

² De acordo com o artigo 3º, da Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), “a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, as feiras têm ganhado destaque também como instrumentos estratégicos para mudanças no hábito alimentar dos brasileiros, tanto que entre as ações eleitas pelo Ministério da Saúde, desde 2009, está: “incentivar a consolidação das feiras locais, como instrumento de melhoria para a seleção e aquisição de alimentos saudáveis” (BRASIL, 2009, p. 7).

Sendo assim, diante de um pequeno “calipal” de certezas, quase sufocado pela “amazônia” de incertezas relacionadas à escolha de um tema para estudo, uma certeza se destacou, a saber: precisava ser um estudo capaz de contribuir “para o bem-estar e o desenvolvimento do homem, em seu ambiente e em suas diversas dimensões (como indivíduo, família, comunidade, sociedade, nação e humanidade), nas suas raízes históricas, nas gerações atual e futura”, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução N° 1.002, de 26 de novembro de 2002, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), que adota o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia e dá outras providências (CONFEA, 2018).

Considera-se, portanto, que o estudo sobre feiras livres, pode contribuir para promover bem-estar e desenvolvimento do homem nas suas diversas dimensões, uma vez que, como salienta Fontana (2018, p.14), “[...] estes lugares trazem consigo a oportunidade das conversas, do estreitamento de amizades, sendo uma rica aula de cultura, hábitos e tradições”. Nesse sentido, para Medeiros (2012), estes espaços, em virtude da diversidade de produtos, pessoas, elementos históricos, culturais e gastronomia, constituem inclusive atrativos turísticos.

Dessa forma, justifica-se esta pesquisa pelas motivações da ética profissional, mas também por considerar que as feiras devem ser matéria de reflexão acadêmica, no sentido de oferecer dados relevantes sobre as suas dinâmicas de funcionamento, valorizando seu papel dentro das atividades econômicas locais, como elemento de resgate da cultura alimentar, como espaço de trocas culturais, de relações interpessoais e de sociabilidade.

Com efeito, foi buscando o entendimento da dinâmica das feiras livres para além do seu aspecto econômico, embora também se considere como um fator importante para sua caracterização, que se estruturou uma pesquisa de campo, aproximando-se da realidade de duas feiras do município de Alcântara – MA, a fim de realizar um diagnóstico socioeconômico e cultural destas, a partir dos (as) feirantes que comercializam seus produtos nestes espaços.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Realizar um diagnóstico socioeconômico e cultural de duas feiras do município de Alcântara – MA: a Feira livre da cidade de Alcântara e a Feira do Terminal do Cujupe.

2.2 Específicos

- a) Traçar o perfil sociodemográfico dos participantes.
- b) Listar os produtos comercializados nas Feiras.
- c) Identificar a origem dos produtos comercializados.
- d) Descrever as dificuldades vivenciadas pelos/as feirantes em sua atividade.
- e) Apontar aspectos positivos e negativos das Feiras em estudo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 As Mutações do Meio Rural

O espaço rural tem passado por notáveis transformações decorrentes de crescentes interações com a dinâmica econômica global e com o meio técnico científico-informacional (SANTOS, 1996); conseqüentemente, a dinâmica do espaço se torna mais complexa, alterando também as funções e o conteúdo técnico e social do rural.

Entretanto, antes de falar das mudanças que têm marcado o meio rural, é preciso, especificar o que se entende por rural. Com efeito, há duas formas de compreender este termo, pela perspectiva tradicional ou pela perspectiva territorialista.

Tradicionalmente, tem se compreendido o rural como aquilo que não é urbano, ou aquilo que está fora do urbano. Dessa forma, Rodrigues (2014) ressalta que o conceito tem sido tratado como polo de uma dicotomia “rural-urbano” que, por sua vez, remete para a oposição clássica entre o tradicional e o moderno, entre o campo e a cidade.

Dessa forma, nas abordagens clássicas, o rural tem sido classificado como o espaço da agricultura, em oposição ao urbano, tido como o espaço da indústria. De acordo com Wanderley (2000), nesta abordagem, além da dicotomia entre as categorias, há ainda uma hierarquização entre elas, de forma que o campo é colocado sempre em subordinação à cidade. Esta caracteriza, portanto, a visão clássica sobre o rural, que predominou até fins da década de 1970.

A partir da década de 1980, contudo, surge a abordagem territorialista, que se consolidaria nas décadas seguintes, representando uma quebra de paradigma, de forma que o rural não deixou de ser espaço da agricultura, mas passou a ser compreendido como um espaço multifuncional³, marcado sobretudo pela pluriatividade⁴ (RODRIGUES, 2014).

³ Resumidamente, o termo pode ser entendido como um conjunto de contribuições da agricultura, que extrapola a sua função simplesmente produtiva, envolvendo também outras funções, como a ambiental ou ecológica, territorial e social (SILVEIRA, 2003). Embora não se trate de uma categoria completamente nova, tem ganhado bastante visibilidade. Valente (2006) ressalta que, *a priori*, este conceito foi desenvolvido na França, no final do século XX; contudo, deve-se entender que a multifuncionalidade originada de um termo francês teve condições de origem diferentes da condição brasileira.

⁴ De acordo com Schneider (2003), a pluriatividade diz respeito ao conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas desempenhadas por parte dos membros de uma família residente no meio rural. A partir do início da década de 1990, este fenômeno cresce no espaço rural brasileiro, pois, além da maior diversidade de atividades agropecuárias, são adicionadas novas atividades não agrícolas (indústrias, condomínios residenciais, áreas de lazer e turismo), e intensificadas diversas atividades paraagrícolas que agregam valor aos produtos *in natura* e processados (CANDIOTTO, 2009).

Nesse contexto, a tradicional divisão social do trabalho entre as cidades e as áreas rurais torna-se cada vez mais imprecisa ou “borrada”. E, substituindo a polarização anterior entre rural e urbano, ou agrícola e industrial, passa-se a dar mais atenção ao território e economia local (BASALDI, 2001).

Com efeito, a compreensão de “rural”/“ruralidade” aqui trabalhada, aproxima-se do enfoque territorialista, uma vez que o termo é entendido e usado como um “um processo dinâmico de constante reestruturação de elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” (CARNEIRO, 1998, p. 61).

Esta categoria, portanto, baseia-se na produção humana, material e imaterial, considerando as particularidades de determinado lugar, sua história e o modo como as pessoas negociam seus sentimentos de pertença e suas identidades. Esta compreensão de rural, por sua vez, facilita também a compreensão de um espaço rural cada vez mais dinâmico e mutável, ou seja, ajuda a compreender as transformações pelas quais o espaço rural vem sofrendo.

No caso do Brasil, há um esforço muito significativo de compreender estas mutações, desde os estudos do “Projeto Rurbano”⁵ (SILVA; DEL GROSSI, 2000). Balsadi (2001), por sua vez, em um estudo sobre as mutações no meio rural, enumerou algumas destas mutações, a saber:

1. *O Meio Rural não é somente agrícola* – houve um declínio do lugar da agricultura nas atividades e ocupações no espaço rural, o que contribuiu para o surgimento de funções não-agrícolas, tais como os aspectos ambientais e de proteção à natureza, o lazer e o turismo, a caça, a pesca e o acolhimento dos que aí pretendem viver temporária ou permanentemente.
2. *Similaridades do Trabalho Rural e Urbano* – com as mudanças na produção industrial, houve uma aproximação do modelo de trabalho típico da agricultura (trabalho por conta própria, produção flexível, escassa divisão do trabalho, sazonalidade, subemprego, etc.). Esse modelo de trabalho e de emprego, por sua vez, generalizou-se para quase todos os setores da economia.

⁵ Foi um projeto temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”, do Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia (IE), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), produzido com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência do Ministério da Ciência e Tecnologia (PRONEX), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). As pesquisas deste projeto foram iniciadas em 1996 e se desdobraram em três fases.

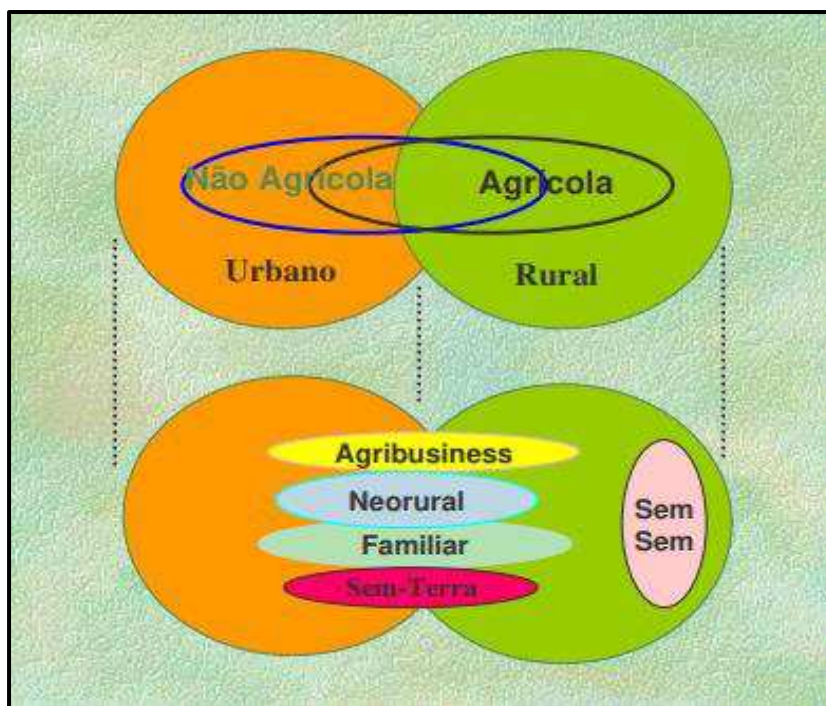
3. *Mudanças na Estrutura da Família Rural* – as alterações fazem com que a família rural deixe de ser nucleada e orientada segundo uma estratégia única baseada na agricultura. Com isso, as fontes de renda das famílias são múltiplas, e a agricultura é apenas uma delas, em muitos casos, nem sequer a mais importante.
4. *As ocupações não-agrícolas (Orna) passaram a ter um peso cada vez maior na renda dos residentes e das famílias rurais* – um fenômeno que auxilia no entendimento dessa inserção da população rural em atividades não-agrícolas é o *commuting*, ou seja, o ir e vir (diário, semanal, etc.) da residência para o local de trabalho em áreas consideradas urbanas.
5. *Mudanças na Estrutura das Propriedades Rurais* – as propriedades rurais, de maneira geral, têm conseguido baixar seus custos de produção transferindo às empresas de serviços externos a gestão e execução de uma parte substancial do processo produtivo, fenômeno chamado de externalização ou desativação de serviços, antes internos às propriedades rurais.

Resumidamente, Silva (2002) descreve estas mutações, que também têm sido denominadas de “Novo Rural”, a partir de quatro grandes grupos de atividades:

- a) Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, também chamada de *agribusiness* brasileiro.
- b) Um conjunto de atividades de subsistência e um exército de trabalhadores rurais que além de não terem terra, também não têm emprego fixo, não têm saúde, não têm educação, sem qualificação, excluídos e desorganizados; assim, denominados de “sem-sem”.
- c) Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços.
- d) Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados.

A Figura 1, por sua vez, ilustra estas novas atividades e as novas relações que se estabelecem neste “novo” cenário, caracterizando um espaço rural penetrado pelo mundo urbano, com velhos e novos personagens, tais como: os “neorurais” (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo); ao lado dos assentados (ex-sem terra) e daqueles, como exposto anteriormente, têm sido denominados de “sem-sem”.

Figura 1 – Atividades e relações no “Novo Rural”



Fonte: SILVA; DEL GROSSI (2000)

Dessa forma, pode-se dizer que a concepção de rural contemporâneo vem acompanhada de novas funções, inclusive não-agrícolas; vem diversificando as ocupações e a renda da população rural, levando a implicações socioeconômicas e a mudanças no uso e na ocupação do espaço rural.

Os conceitos de territorialidade, pluriatividade e multifuncionalidade, que sustentam o “novo rural”, por sua vez, pode também sustentar um estudo sobre o espaço da feira, como um espaço para além do urbano, mas como uma atividade que tem potencial de geração de ocupações e renda no meio rural, de modo a enfrentar os processos de exploração e expropriação capitalistas (VALENTE, 2008).

Considera-se, portanto, que, nesse contexto de superação da dicotomia entre sociedade rural e urbana, dada a sua interdependência, as feiras livres se constituem como este *locus* privilegiado de interseção, um cenário em que emerge questões relativas às vivências entre habitantes do campo e da cidade, às relações entre produtor e consumidor com os alimentos, bem como questões relativas à organização e às relações de trabalho (LEAL et al., 2018). Um espaço, portanto, que possibilita reflexão e discussão, como se propõe a seguir.

3.2 Estudo sobre as Feiras: algumas perspectivas de análise

Como ressalta Fontana (2018), as feiras livres possuem diferentes olhares quanto ao seu papel e função no *locus* em que está inserida. Não se tem a pretensão, portanto, de se esgotar este tópico, até porque não seria possível, uma vez que se está diante de um espaço polissêmico e multifacetado.

Além disso, é um tema que pode ser analisado a partir de diferentes áreas do conhecimento, podendo ser ressaltados aspectos da Economia, Geografia, Agronegócios, Nutrição, Saúde Pública, Serviço Social, Sociologia e Antropologia, entre outras.

Concorda-se, portanto, com Silva et al. (2010) de que as feiras evocam uma multiplicidade de territorialidades e sociabilidades, o que ratifica a convicção de que não daria como abarcar toda esta multiplicidade e de que não seria possível analisar todos os ângulos do fenômeno.

Por outro lado, como afirmam Pierri e Valente (2011), se o estudo e/ou olhares sobre as feiras forem muito limitados ou desprovidos de uma localização histórica, poderá resultar em uma visão distorcida sobre o fenômeno, correndo-se o risco de ficar em uma miopia da realidade.

Assim, neste estudo, com o intuito de entender o fenômeno, nem de forma muito limitada, mas também cômicos de que não daria para descrevê-lo em toda a sua complexidade e multidimensões; considerando ainda a proposta de Coutinho et al. (2006), que caracterizam as feiras como um pequeno espaço panorâmico em que se evidenciam aspectos socioeconômicos, culturais, entre outros, foram definidas três perspectivas de análise, a saber: histórica, socioeconômica e cultural.

Na perspectiva histórica, propõe-se a retomada de alguns registros sobre as feiras e como elas se constituíram como importantes espaços urbanos de comercialização, tanto que ao redor delas surgiram as primeiras cidades.

Na perspectiva socioeconômica, entende-se as feiras como um canal de comercialização, mais precisamente, um Circuito Curto de comercialização, que se mostra eficiente propiciando o escoamento da produção agrícola local.

Na perspectiva cultural, considerando que as feiras são organismos vivos, uma vez que envolve pessoas, com diferentes valores, hábitos e costumes, considera-se que elas podem ser caracterizadas como um verdadeiro patrimônio cultural.

Portanto, esta seção propõe um aprofundamento teórico sobre o fenômeno das feiras, percorrendo as entrelinhas da história, mas também aprofundando as concepções a respeito deste espaço de comercialização e socialibilidade.

3.2.1 Feiras numa perspectiva histórica

Desde os primórdios dos tempos, o homem busca suprir suas necessidades básicas. Primeiramente, isso se deu por meio de atividades como a caça e pesca e, posteriormente, por meio da agricultura, domesticação de animais, artesanato, produção de tecidos, entre tantas outras atividades. Assim, a priori, tudo o que fazia destinava-se ao consumo próprio.

Entretanto, com o aperfeiçoamento dos meios de produção, começaram a surgir os excedentes que, em vez de descartados, viraram moeda de troca por produtos diferentes e igualmente necessários à sua sobrevivência. Dessa forma, a atividade das feiras livres representa um dos métodos mais antigos de comercialização, confundindo-se com os primórdios do próprio processo de comercialização.

Conforme ressaltam Magalhães et al. (2017), as feiras existiram e existem em vários locais ao redor do globo e na história de diversas sociedades, cada uma com suas características próprias, sendo adaptáveis à população de cada região, bem como criando tradições fortes, de forma que o público consumidor se locomove até elas em busca dos melhores negócios. Nesse sentido, Silveira et al. (2017) destacam que um dos objetivos desta forma de comercialização é a oferta de mercadorias de boa qualidade, com preços mais baixos do que o comumente aplicado em supermercados.

Assim, os registros sobre feiras são tão remotos que datam desde a Antiguidade, cerca de 2.000 a.C., na Mesopotâmia, no Egito Antigo, na Grécia Antiga, e na Roma Antiga (MOTT, 1975). De acordo com Luciano (2017), as primeiras referências que se tem sobre as feiras estão relacionadas às festividades religiosas, inclusive a própria origem da palavra vem do latim *feria*, que deu origem à palavra portuguesa feira, que, etimologicamente, significa dia santo, feriado.

No período de Cristo, também há registros das feiras, relacionadas diretamente ao seu caráter comercial, com a presença de mercadores de diferentes lugares no templo. Na Bíblia, de acordo com o Evangelho narrado por São João, encontra-se a seguinte passagem: “No templo, Jesus encontrou os vendedores de bois, ovelhas e pombos e os cambistas sentados” (JOÃO 2, 14/ BÍBLIA SAGRADA, 1991, p.1356).

Na Grécia e em Roma, as feiras apresentavam implicações de ordem públicas e eram estabelecidas regras para a sua criação e funcionamento, dependiam, portanto, da intervenção do Estado (LIMA; SAMPAIO, 2009). No entanto, a partir da queda do Império Romano e a tomada das rotas comerciais da Europa pelos sarracenos, as feiras entraram em extinção na sociedade ocidental europeia. Mas, o fenômeno da feira continuou a existir no mundo oriental, por exemplo, na China e na Índia (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013).

Após as Cruzadas, porém, houve a retomada das rotas comerciais europeias, e as feiras ressurgem, como forma de trocar e vender os excedentes agrícolas de um modo de produção feudal. No contexto do Feudalismo, portanto, mesmo sendo poucos os intercâmbios de mercadorias, essas transações foram se efetuando em mercados semanais nos mosteiros, nos castelos ou nas cidades mais próximas; e foram se constituindo como uma atividade importante nos espaços onde se desenvolviam (HUBERMAN, 1976).

Entretanto, nesse período, Chaves (2011) ressalta que era difícil o intercâmbio de mercadorias e a realização das feiras só foi possível mediante o apoio dado pelos senhores feudais e pelos reis. Estabeleceu-se, assim, um sistema de trocas: enquanto os senhores feudais e os reis recebiam os impostos dos feirantes, aqueles permitiam o livre trânsito e davam proteção pessoal a estes e as às suas mercadorias contra assaltantes e outros meliantes da época (AZEVEDO; ALVES, 2010).

Dessa forma, desde as Cruzadas, as feiras foram sempre aumentando e se consolidando. Azevedo e Queiroz (2013) destacam que, como ainda não existia o comércio fixo, as feiras funcionaram como um fator de dinamicidade da economia nos locais onde eram realizadas. Assim, foram nestes locais que surgiram os burgos, os embriões da cidade moderna; de acordo com Zanini e Santos (2017), várias cidades europeias surgiram em torno dos espaços onde as feiras eram realizadas.

Com o fim do Feudalismo e o início do Capitalismo, as feiras ganharam, portanto, ainda mais importância econômica, social e cultural. Nesse contexto, Chaves (2011) cita as cidades italianas de Veneza, Gênova, Florença e Pisa, que se destacaram na Europa como importantes entrepostos comerciais, em virtude de uma localização privilegiada, que facilitou, por sua vez, o escoamento da produção.

Em seguida, aconteceu a expansão marítima e comercial da Europa, e, com ela, a tradição das feiras foi levada para as colônias. Na América Latina, existiam lugares que conheciam as feiras antes da chegada dos europeus, por exemplo, nos atuais México e Guatemala. Em outros lugares, como no atual Brasil, as feiras eram uma inovação e desconhecidas da população nativa (MOTT, 1975).

Dessa forma, Azevedo e Queiroz (2013) ressaltam que o modelo de feiras livres brasileiras, tal como conhecemos hoje, são heranças das tradicionais feiras medievais europeias, trazidas pelos colonizadores portugueses.

As primeiras feiras brasileiras foram criadas nos interiores das capitanias e das províncias, de forma que o primeiro registro data de 1548, por determinação do Rei D. João III ao Governador Geral, através de Regimento, ordenando o seguinte: “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feiras [...]” (MOTT, 1975, p. 309).

As primeiras feiras no Brasil, de acordo com Chaves (2011), desenvolveram-se mais próximo do litoral ou de locais onde havia maior fluxo de pessoas. Aos poucos, elas foram se espalhando para o interior, ganhando destaque através do gado e do algodão.

No início, as atividades eram baseadas em trocas mercantis entre os produtos excedentes dos moradores dos locais mais distantes, ou que não viviam na aglomeração das vilas e povoados, com aqueles que se encontravam nas dependências locais. Era o local onde eram realizadas as trocas de gado e burros, animais utilizados como transporte e tração nas principais atividades econômicas no período colonial (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013; FONTANA, 2018).

Santos (2019) destaca que muitos centros urbanos do Brasil e, principalmente do Nordeste, surgiram a partir de uma feira livre. Nesse contexto, Chaves (2011) ressalta que as cidades de Feira de Santana – BA, Itabaiana – SE, Quixadá – CE, Campina Grande – PB entre outras, surgiram ou se desenvolveram a partir das atividades provenientes desde o período colonial até os dias atuais.

De acordo com Luciano (2017), existiram também as chamadas quitandas ou feiras africanas que eram um comércio em locais estabelecidos que funcionavam ao ar livre, onde as vendedoras negras negociavam os produtos cultivados na lavoura, da pesca e de mercadorias feitas em casa.

Assim, as feiras livres se consolidaram no Brasil como uma das mais antigas e tradicionais formas de comercialização e, sobretudo, como centros de sociabilidade (CHAVES, 2011). Vale ressaltar também que, em termos de infraestrutura, por muito tempo, funcionaram em locais inadequados e sem nenhuma legislação. Nesse sentido, Coutinho et al. (2006, p. 6) descrevem que:

O comércio era informal, até que em 1771, o Marquês do Lavradio, 3º Vice Rei do Brasil, criou a primeira lei que visou regularizar a atividade e autorizou o funcionamento dos mercados de alimentos nas ruas. A partir de então, este comércio adquiriu as atuais características de feiras livres.

Com efeito, as feiras atravessaram os tempos, adaptando-se a cada sociedade, sobrevivendo a entraves e limitações para sua efetividade e, a seguir, propõe-se o entendimento delas como uma resistente forma de comercialização e eficiente no contexto da Agricultura Familiar, bem como um espaço atrativo de encontro, de lazer, de memórias e de cultura.

3.2.2 Feiras na perspectiva socioeconômica

A análise das feiras livres a partir de uma perspectiva socioeconômica significa enxergar o seu grande potencial como espaço de comercialização e relações sociais, bem como em termos de viabilização do comércio local, geração de ocupações e renda e de possibilidades de controle sobre a procedência dos produtos (ANJOS et al., 2005).

Nesse sentido, é relevante a concepção de Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 75) que compreendem as feiras como uma: “[...] modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos”.

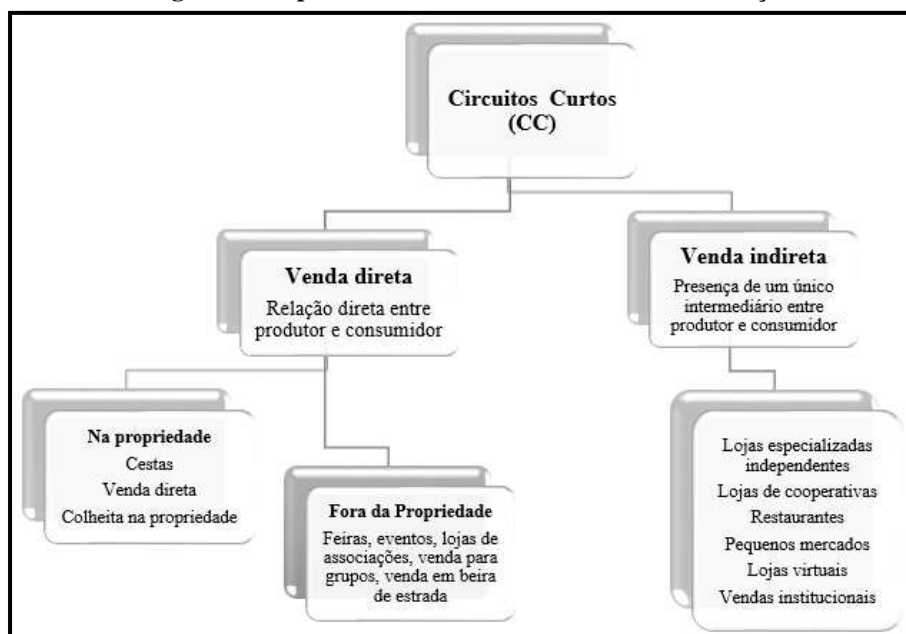
Dessa forma, as feiras constituem um canal de comercialização e distribuição, ou seja, arranjos que conduzem as mercadorias do produtor ao consumidor final, configurando-se, por sua vez, como um Circuito Curto (CC) de Comercialização, que associa uma proximidade geográfica e relacional entre produtores e consumidores (LUCIANO, 2017).

Segundo Ploeg (2008, p. 20), no que tange à comercialização, embora se considere as heterogeneidades, há dois modelos dominantes:

[...] um modelo centra-se na construção de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional. O outro, fortemente centralizado, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial.

No contexto da agricultura familiar, pode-se dizer que a maioria dos alimentos produzidos não passam pela grande indústria processadora, sendo distribuídos através de circuitos curtos e descentralizados. Assim, Darolt et al. (2013, p. 12) definem alguns tipos de CC, conforme pode ser observado na Figura 2, e ressaltam que as iniciativas bem-sucedidas neste tipo de comercialização “[...] acontecem, normalmente, em locais onde se verifica a formação de uma rede com estreita parceria entre o poder público, entidades não governamentais, organizações de agricultores e consumidores”.

Figura 2 – Tipos de Circuitos Curtos de Comercialização



Fonte: Adaptado de Darolt et al. (2013)

Considerando o estudo de Figueiredo et al. (2003), o CC relativo às feiras pode ser caracterizado a partir dos seguintes aspectos: mercado atomizado, preços não se alteram com a entrada/saída de feirantes; preços fixados de acordo com os concorrentes; vendas feitas geralmente em dinheiro; volume comercializado pequeno; grande variedade de produtos; fidelização mediante a qualidade.

A partir dos estudos que têm sido realizados, no campo da Geografia Urbana, sobre Rede, meio através do qual a produção, circulação e consumo se realizam efetivamente, podendo ser um meio de inclusão e/ou exclusão de determinados espaços, destacam-se as contribuições de Santos (2004), em que as feiras são caracterizadas como circuito inferior, e as de Corrêa (2005), que as caracterizam como mercados periódicos.

Nesta perspectiva, a rede urbana é entendida ainda como um conjunto de centros funcionalmente articulados por meio “[...] das numerosas cristalizações materiais diferenciadas do processo de distribuição varejista e de serviços, que se realiza em um amplo território sob o domínio do capitalismo [...]” (CORRÊA, 1989, p.20). Assim, a distribuição, enquanto etapa fundamental entre produção e consumo, exerce papel crucial na sociedade e no espaço.

Nesse contexto, considerando os dois subsistemas da economia urbana, discutidos por Santos (2004)⁶, embora estes subsistemas não sejam estanques e não possam ser analisados separadamente, uma vez que se configuram como “vasos comunicantes” (SILVEIRA, 2007), as feiras pertencem ao circuito inferior ou marginal, formado pelas atividades de pequena escala, como dos pequenos comerciantes, mascates e vendedores ambulantes, voltados para o mercado de consumo local, de baixo nível tecnológico, baixa qualificação da mão-de-obra, precário em garantias trabalhistas, cujas atividades teriam como propósito a subsistência.

Em relação às Redes de Localidades Centrais, propostas por Corrêa (2005, p. 49)⁷, destaca-se, então, os mercados periódicos, que “[...] constituem um dos modos como está estruturada a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos” e que podem, por sua vez, caracterizar as feiras livres, uma vez que estas constituem verdadeiros espaços socioeconômicos para a realização de trocas regionais em determinada ocasião.

De acordo com Rodrigues e Silva (2007), estes mercados são constituídos, portanto, por núcleos de povoamento pequenos, que por períodos se transformam em localidades centrais; transcorrido, porém, a efervescência comercial, tais aglomerados retomam a sua funcionalidade rural.

Assim, embora se trate de um conceito mais recente, a ideia de feiras enquanto mercados periódicos é mais antiga. Segundo Schneider (2016), as feiras se constituíram, a priori, como sinônimo de mercado, o local para onde os camponeses levavam os seus excedentes para serem trocados ou vendidos. No entanto, as feiras perdem o *status* de mercado, quando a produção de alimentos agrícolas aumenta, gerando excedentes e, como consequência, as trocas mercantis tornaram-se mais sofisticadas, fazendo surgir o espaço do comércio de mercadorias, inclusive de alimentos, tal como conhecemos hoje (FONTANA, 2018).

Dessa forma, no contexto de mutações descritas anteriormente, as feiras livres também foram afetadas, deixaram de ser o ponto principal de consumo, passando a ocupar um espaço inferior no mercado de alimentos. Consequentemente, o espaço urbano deixa de ser inteiramente dependente das feiras, passando a ter sua própria identidade.

⁶ Nos meados de 1970, o geógrafo brasileiro Milton Santos, trouxe contribuições importantes para a temática da rede urbana, realizando estudos de dois sistemas, denominados de: circuito superior e circuito inferior, que, por sua vez, serviram de parâmetro analítico para estudos das modificações nos sistemas de produção brasileira.

⁷ O geógrafo brasileiro, Roberto Lobato Corrêa, um dos principais estudiosos das questões urbanas no Brasil, estudou na década de 80 as Redes de Localidades Centrais nos países subdesenvolvidos, destacando três modos de organização distintos, que podem coexistir numa mesma rede: as redes dendríticas de localidades centrais; mercados periódicos e os dois circuitos da economia (propostos por Milton Santos).

No entanto, mesmo em meio a todo este processo de modernização da agricultura e das formas de comercialização, para Fontana (2018), as feiras não sucumbiram e são, portanto, lugares de resistência. Esta é abordagem sugerida também por Ploeg et al. (2000), que consideram que, mesmo em tempos de uma forte tendência à homogeneização alimentar e à praticidade das compras nos supermercados, as feiras permanecem.

Com efeito, os gargalos no escoamento da produção da Agricultura Familiar ainda são um dos grandes entraves no meio rural e, embora as feiras estejam se descaracterizando como locais básicos para aquisição de alimentos no contexto da agricultura empresarial capitalista, ainda permanecem como estratégias familiares de comercialização, geração de renda e abastecimento (RIBEIRO et al., 2003); além de permanecerem também como espaços atrativos, de expressões gastronômicas e culturais. As feiras, portanto, ainda resistem e constituem um espaço dinâmico e essencial para o desenvolvimento econômico e cultural (MEDEIROS, 2012).

3.2.3 Feiras na perspectiva cultural

De acordo com Chaves (2011), falar de feiras livres significa falar de cultura. Por cultura, compreende-se um conjunto de símbolos que uma população produz e usa para se organizar, facilitar a interação e para regular o pensamento (LÓSSIO; PEREIRA, 2007).

Para Araújo (2016, p. 99), as feiras podem ser caracterizadas como patrimônio cultural do Brasil, e

[...] como um depósito de valores, expressões, tradições, transformações que ressignificam a todo instante a memória dos que frequentam, na tentativa de representar suas identidades, mesmo que de caráter múltiplo, variado, mas, sobretudo vista do âmbito da singularidade, enquanto identidade social, descrita através da memória coletiva.

Considerando esta definição e o artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Santos (2019) ressalta que o patrimônio cultural imaterial envolve elementos intangíveis, por exemplo, saberes, celebrações, modo de fazer, formas de expressão e lugares; dessa forma, as feiras livres constituem um elemento cultural imaterial.

As feiras representam um espaço de múltiplas relações, não importa a sua localização, mercados, praças, terrenos baldios, é um local onde as pessoas se reúnem para conversar, trocar e comercializar diferentes produtos, independente de classe, sem formalidades; por isso, constituem também um espaço democrático (CHAVES, 2011; SANTOS, 2019).

Dessa forma, não se limita apenas ao âmbito comercial, um espaço de compra e venda; são muito mais que isso. Nesse sentido, o estudo etnográfico de Pierre Verger, realizado em 1952, no Benin, ilustra com riqueza de detalhes a complexidade sociocultural e econômica dos mercados africanos, onde a feira tem um papel central e cuja função não era somente a de rede de comércio: “[...] as feiras, não permitem apenas a circulação de mercadorias, pois, com os homens e mulheres que transportam estes produtos, vão as crenças, os sentimentos, as atitudes que se difundem de norte a sul e de leste a oeste” (VERGER, 1992, p. 148).

O estudo de Verger (1992) revela como convive, nas feiras, duas mentalidades heterogêneas: uma baseada no lucro e a outra no respeito aos costumes ancestrais. Constituem, portanto, uma instituição capaz de, ao mesmo tempo, permitir um comportamento capitalista e de “procura do lucro” e estar profundamente enraizada no comportamento tradicional e comunitário.

Esta sobrevivência indica, portanto, que além dos aspectos econômicos, há um protagonismo dos aspectos culturais e simbólicos da feira livre no plano das representações dos consumidores, sendo reconhecidamente um espaço (talvez um mundo) de percepções, sentidos e interações, no qual redes de educação, sociabilidades e cultura são tecidas.

Dessa forma, Andrade et al. (2008) ressalta que as feiras se configuram como um retrato vivo das tradições e um dos poucos lugares que pode proporcionar a conservação da cultura popular. Vale ressaltar que, de acordo com Santos (2009), há dois tipos de cultura que se mesclam no espaço urbano: a cultura de massa e a cultura popular. O autor as diferencia da seguinte forma:

A cultura de massa é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação. A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e o seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e ali obter a continuidade, através da mudança (SANTOS, 2009, p. 327).

Portanto, não se pode falar de feira sem estabelecer um vínculo com a cultura popular, uma vez que constituem um espaço de conservação do passado (memórias e raízes), “uma rugosidade que ainda resiste às transformações do presente”, embora também venha se modificando para garantir a sua continuidade (CHAVES, 2011, p. 24).

Diante do processo de modernização, pode-se dizer que as feiras adquirem características de uma “inércia dinâmica” e se constituem como símbolo de resistência. São símbolo de resistência, pois conseguem se adaptar e se mantêm como canal de comercialização; são resistências, pois conseguem resguardar os símbolos locais, servindo de referência no cotidiano da população urbana e rural.

Nesse sentido, Cardel e Souza (2017, p. 37) ressaltam que:

[...] feiras livres, para existirem na contemporaneidade, têm que estabelecer a capacidade da resistência transformadora. Isto é, de serem capazes de se transformarem constantemente. Mudar é também se imaginar, resgatar e apelar para uma tradição inventada. E, no processo de se inventar, faz-se também imperativo, de forma paradoxal, permanecer, continuar, e se manter num jogo de aproximação e distanciamento do comércio e da economia convencional.

Com efeito, como propõem Pierri e Valente (2011), as feiras são organismos vivos, e como tal, estão em transformação a todo o momento, acompanhando as contradições e os conflitos das sociedades em que estão inseridas. São vivas, porque são constituídas por pessoas, que têm diferentes valores, hábitos e costumes; sendo assim, são espaços em que se expressam a diversidade de pessoas que a constituem, e com estas, toda diversidade cultural que trazem consigo.

Em virtude desta mesma diversidade, embora as feiras possam ser parecidas em alguns aspectos, inclusive em termos de comercialização como se descreveu no tópico anterior, não existe um modelo único de feira, cada lugar tem a sua, com uma identidade própria. As feiras funcionam como prova concreta de alguns estudos antropológicos que afirmam que é capaz de existir uma imensa diversidade cultural em um mesmo tipo de lugar (KROEBER, 1917).

Portanto, cada feira tem sua relevância cultural e, neste estudo, buscou-se justamente compreender esta relevância em duas feiras do município de Alcântara – MA e distinguir a pluralidade cultural que as envolvem.

4 METODOLOGIA

4.1 Conhecendo o município de Alcântara-MA

Não se pode precisar a fundação do município de Alcântara, mas o certo é que, em 1612, já havia um aglomerado de aldeias, das quais as terras que hoje constituem o município faziam parte, com o nome significativo de Tapuitapera (residência dos tapuios ou cabelos compridos). Segundo Gomes (2017), o progresso, porém, só viria em 22 de dezembro de 1648, quando a aldeia foi elevada à categoria de Vila de Santo Antonio de Alcântara, sede da Capitania de Cumã.

Dessa forma, Pinto e Santos (2010, p. 3 – 4) destacam que:

A terra que hoje compreende o município de Alcântara, sempre despertou o interesse dos povos, iniciando com os franceses em 1612, devido a sua boa localização, dimensão e terras férteis. Os franceses quando chegaram, depararam-se com uma grandiosa população indígena Tupinambá, onde se destacava a aldeia Tupuitapera, que mais tarde tornou-se a vila de Alcântara. Estima-se que cerca de 8 mil pessoas viviam em Alcântara por volta de 1648, com essa população dispersa pelos interiores. A sede ficou para a burocracia, onde foram construídos o Pelourinho, a Igreja e a Câmara. As casas dos senhores ficavam mais próximas do centro e os comércios mais próximos do porto.

O fato é que, com a fundação da Companhia de Comércio do Maranhão, em 1682, a vila começou a estruturar suas fazendas, que atingiram o auge com o surgimento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, quando o arroz, o algodão, o açúcar e o gado eram os principais produtos da região, sendo até mesmo exportados (PINTO; SANTOS, 2010; BRAGA, 2011).

Em 5 de julho de 1836, após a proclamação da independência, a vila foi elevada, então, à categoria de cidade e, pela proximidade com São Luís, atraiu aristocratas rurais do Maranhão que ali edificaram casarios e sobrados. Segundo Viveiros (1999), na década de 1850, Alcântara possuía oitenta e uma fazendas agrícolas, vinte e dois engenhos de açúcar, vinte e quatro fazendas de gado e mais de uma centena de salinas, o que lhe conferia posição de destaque na província, sendo reconhecida como produtora e exportadora de sal, açúcar, cachaça, couro, carne, algodão, arroz, farinha, milho e peixe seco.

Assim, Braga (2011) ressalta que foram os séculos XVII e XVIII que constituíram o período de maior opulência da economia alcantarense, período este que lhe concedeu o reconhecimento e o título de Celeiro do Maranhão, tornando-se também um grande centro de escravidão negra.

No entanto, com a falência desse modelo econômico, a partir de 1865, o período áureo em Alcântara foi interrompido, iniciando a sua decadência. Dessa forma, os fazendeiros abandonaram suas propriedades, onde escravos e alforriados se estabeleceram num modelo de campesinato de agricultura de subsistência, caracterizado pelo uso comum das terras. Vivendo próximos ao mar e a rios, em terras férteis, praticavam a agricultura, a pesca, a caça e o extrativismo. Sendo assim, a população negra que se instalou nas antigas fazendas manteve relações de parentesco, compadrio e vizinhança sob uma série de normas construídas ao longo das décadas, sem interferência oficial (MORIM, 2009).

De acordo com Braga (2011), somente restou para Alcântara o seu passado, que envolveu, por sua vez, ciclos distintos: do apogeu da aristocracia rural à decadência socioeconômica; a formação de vários povoados e quilombos; as tradições e a cultura das comunidades negras rurais; e as ruínas dos palácios inacabados e das igrejas e casarões que formam um rico patrimônio histórico-cultural, tombado em 1948 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Este passado de lutas, falência e sobrevivência caracterizam o modo de vida alcantareense e o cotidiano moroso do lugar. Alcântara, pois,

[...] mostra-se aos poucos e do seu interior pouco se pode conhecer. Pode-se ver Alcântara apenas trajada de gala, vestida de imponentes sobrados de pedra e cantaria lioz. Só o tempo dirá quando serão vistas assim destacadas suas comunidades negras remanescentes de quilombos, suas práticas e arquiteturas vernaculares, seus ritos e lugares sagrados. Todos eles encarnados na zona rural, aguardando por séculos sua vez. Alcântara se desvela a cada ruína: nas ausências de suas muralhas nunca terminadas ou em suas estruturas centenárias carcomidas pelo tempo e pela história (BARRETO JÚNIOR, 2008, p. 353)

Contudo, o esquecimento de Alcântara foi interrompido e a sua morosidade foi avassalada, no início da década de 1980, quando foi instalado no município o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) para integrar a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), que compõe, por sua vez, o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

O município fora escolhido devido à sua proximidade com a linha do Equador e à sua posição privilegiada, que diminui o consumo das operações de lançamento de foguetes. Aliado a este fator, estão as condições climáticas bastante regulares; a disposição da península de Alcântara, localizada entre a baía de Cumã e de São Marcos, permitindo maior flexibilidade dos lançamentos; e a baixa densidade demográfica, essencial para segurança das missões e existência de diversos sítios para foguetes diferentes (VIVEIROS, 1999; MORIN, 2009).

Para a instalação do CLA, porém, trezentas e doze famílias, de trinta e um povoados foram obrigadas a sair das terras, ocupadas desde o século XVIII. As famílias foram assentadas em sete agrovilas, administradas pela Aeronáutica, em um território, onde não podem realizar novas construções sem autorização, o que implica em ir morar na periferia de São Luís e de Alcântara quando a família se amplia.

Além disso estas famílias, enfrentam problemas para plantar, pois os terrenos são pequenos em comparação à realidade anterior, e o solo não apresenta propriedades adequadas para a realização de uma prática agrícola com dignidade. Por estarem longe do mar, encontram dificuldades também para a prática da pesca.

Assim, em 1999, a partir do Seminário “Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais”, foi fundado o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE), que congrega representantes das comunidades quilombolas na luta por seus direitos e pela reversão dos danos causados pela implantação do CLA (ALMEIDA, 2007).

Nesse contexto, para Gomes (2017), Alcântara se acomoda na premissa de laços de sociabilidade em que se reinventam caminhos de sobrevivência na selva capitalista que a marginaliza, com confluências entre antigo e moderno, entre o rural e o urbano. Assim, por fatores variados, o modelo de gestão pública aplicado por anos consecutivos, não parece contar com planejamento de desenvolvimento socioeconômico da cidade que ainda guarda o passado em ruínas.

O município, portanto, não apresenta uma base de sustentação econômica e o isolamento geográfico em relação à capital São Luís, talvez seja um dos principais fatores condicionantes à precária condição socioeconômica dos seus moradores até os dias de hoje. Em 2003, as pesquisas já evidenciavam que 59% destes viviam com uma renda mensal que não alcançava nem a metade do salário mínimo da época (R\$ 240,00), não ultrapassando R\$ 100,00 mensais (DLIS, 2003).

Com apenas “meia dúzia” de sistemas comerciais e com serviços, de maneira geral, de baixa qualidade, além de mão-de-obra insuficiente e com pouca qualificação profissional; neste estudo, pretende-se diagnosticar o papel das feiras livres, neste contexto, como fonte de renda e estratégia de desenvolvimento local, mas também um espaço cultural, em que se evidenciam valores, hábitos e costumes.

4.1.1 *Locus* da pesquisa

O estudo foi conduzido em duas feiras do município de Alcântara – MA, uma na própria sede (Figura 3) e outra localizada no Terminal do Cujupe (Figura 4).

Figura 3 – Feira Livre da Cidade de Alcântara – MA



Foto: SILVA (2019)

Figura 4 – Feira do Terminal do Cujupe/Alcântara – MA

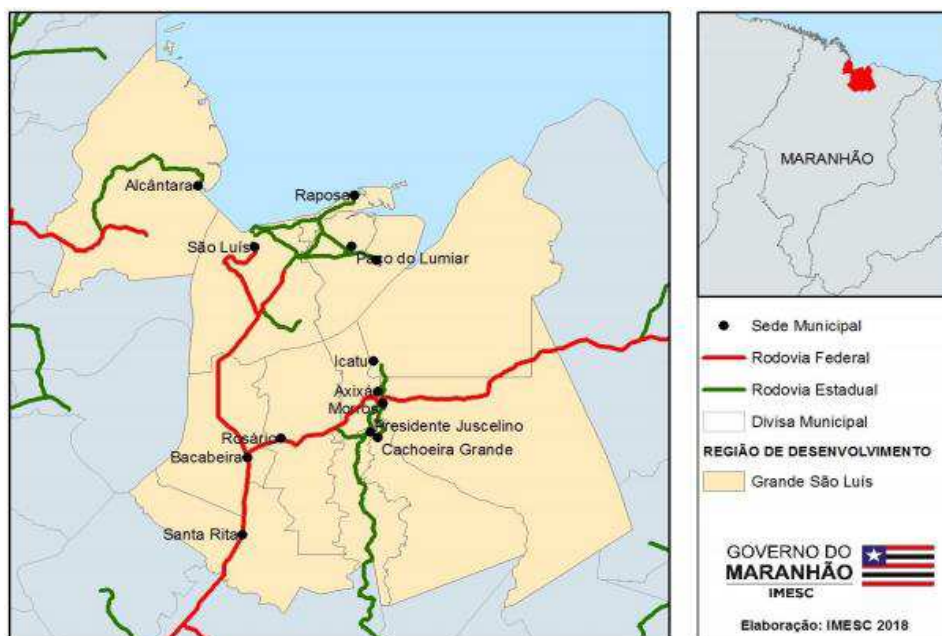


Foto: SILVA (2019)

O município de Alcântara, por sua vez, situa-se na mesorregião Norte do Maranhão e na microrregião Litoral Ocidental Maranhense, a 2°24' de latitude e 44°25' de longitude. Apresenta clima tropical quente e úmido, com temperatura média anual de 29°C (GOMES, 2017). Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; a oeste, com os municípios de Perim-Mirim, Guimarães e Bequimão, separando-se destes dois últimos pela baía de Cumã; ao sul, com o município de Bacurituba; e a leste, com a capital São Luís, da qual dista, em linha reta (atravessando a Baía de São Marcos), 22 km e, por via terrestre, 425 km (MARANHÃO, 1998; GEPLAN, 2002).

De acordo com a regionalização do Estado do Maranhão proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), o município compõe a Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís (Figura 5). Localiza-se no grande complexo estuarino do Golfão Maranhense, maior reentrância da costa maranhense, onde se destacam as baías de São Marcos e São José (IMESC, 2018).

Figura 5 – Mapa da Região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís



Fonte: IMESC, 2018

Apresenta uma população estimada para 2019 de aproximadamente 22 mil habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo que a taxa de urbanização é de apenas 26,6%, com a maioria da sua população residindo fora da sede, predominantemente nas áreas remanescentes de quilombos (IBGE, 2010).

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Alcântara possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,573; situando-o na faixa de Desenvolvimento Humano baixo, ocupando, assim, a 4786ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros e a 106ª posição entre os 217 municípios do Maranhão (SECID, 2018).

O estado do Maranhão, por sua vez, é um dos estados do Brasil que apresentam o maior percentual de municípios nas faixas de maior vulnerabilidade; 78,8% destes se encontram na faixa de muito alta vulnerabilidade social e Alcântara é um destes municípios, com Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de 0,570; ocupando a 92ª posição, em relação ao Estado (COSTA; MARGUTI, 2015; SECID, 2018).

Trata-se, portanto, de um município com grande extensão territorial e composto por 209 povoados, sendo o Cujupe um destes. Localizado em frente à Ilha do Cajual⁸, o povoado abriga um Terminal de *Ferry-boat*, que recebe embarcações vindas do Terminal da Ponta da Espera, em São Luís, ligando, assim, a capital e os municípios da Baixada Maranhense.

4.2 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa só se concretiza mediante à utilização de determinados métodos e técnicas, bem como a partir da delimitação da modalidade de pesquisa adequada ao objeto de estudo. Assim, tomando por base os critérios propostos por Gerhardt e Silveira (2009), pode-se caracterizar a pesquisa realizada como: descritiva, de abordagem quanti-qualitativa, bibliográfica e de campo (Tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização da pesquisa

	<i>Critérios de classificação</i>	<i>Modalidade de pesquisa adotada</i>
<i>Caracterização da pesquisa</i>	Objetivo	Descritiva
	Abordagem	Quanti-qualitativa
	Procedimento	Bibliográfica e de Campo

Fonte: SILVA (2019)

⁸ A Ilha constitui um patrimônio natural, que integra atrativos como rios, lagoas, igarapés, praias e manguezais, além de ser um dos maiores depósitos fossilíferos do Mesozoico brasileiro, incluindo restos de dinossauros (CASTRO; NORONHA; MEDEIROS, 2016).

Com base nos objetivos, a pesquisa foi do tipo descritiva, pois, por meio de um instrumento previamente estruturado, buscou-se descrever as percepções dos(as) feirantes sobre a feira, produtos comercializados, as dificuldades encontradas, entre outros aspectos.

Quanto à abordagem da pesquisa, embora geralmente se busque delimitar as diferenças entre as abordagens quantitativas e qualitativas; neste estudo, optou-se por uma abordagem quanti-qualitativa, defendendo a complementaridade entre as duas abordagens. Assim, foram utilizados os recursos da Estatística Descritiva, bem como a Análise de Conteúdo para tratamento e análise dos dados qualitativos, conforme a proposta de Bardin (2011).

Em relação aos procedimentos, considerando que a entrada no campo exige um suporte teórico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento de referências já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos – como livros, páginas de *web sites* e artigos revisados por pares e disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES. Em seguida, procedeu-se à pesquisa de campo, por meio da coleta de dados junto aos participantes.

4.3 Participantes da pesquisa

Com o objetivo de realizar um diagnóstico socioeconômico e cultural dos feirantes que comercializam seus produtos em duas feiras livres do município de Alcântara – MA, participaram deste estudo 12 (doze) feirantes da Feira Livre da cidade de Alcântara e 27 (vinte e sete) da Feira do Terminal do Cujupe.

Nesse sentido, como critério de seleção dos participantes, foi exigido apenas que aceitassem participar como voluntários, por meio da apresentação/assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo modelo usado se encontra no Apêndice A, sendo elaborado, por sua vez, de acordo com as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, especificadas na Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012).

Quanto ao tamanho da amostra, como a pesquisa também teve uma abordagem qualitativa, o critério principal não foi numérico e não foi estabelecido um ponto de saturação *a priori* (MINAYO, 2012). No entanto, buscou-se abranger todos os atores sociais envolvidos; sendo assim, na feira da cidade de Alcântara, o estudo atingiu um total de 12 participantes dos 13 feirantes presentes no dia da coleta de dados. Em relação à feira do Terminal do Cujupe, embora existam 48 boxes, apenas 35 estavam em atividade nos dias das

coletas de dados; deste total, participaram da pesquisa 27 “feirantes”/vendedores⁹, uma vez que alguns preferiram não responder e foi respeitada a decisão, considerando inclusive os aspectos éticos da pesquisa, bem como foi dada prioridade aos boxes que comercializam frutas, bebidas naturais, doces regionais e lanches artesanais, em relação àqueles que comercializam biscoitos e outros produtos industrializados.

4.4 Instrumentos

De acordo com Oliveira et al. (2016), a coleta de dados é um dos momentos mais importantes na realização de uma pesquisa; sendo assim, é necessário escolher corretamente os instrumentos que servirão para obter as informações para o estudo, de forma que atendam aos objetivos. Para a presente pesquisa, foram utilizados dois tipos de instrumentos complementares, a saber: o questionário e o caderno de campo.

O questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, utilizando uma linguagem clara, objetiva e vocabulário adequado ao nível de escolaridade dos participantes (GIL, 1999; OLIVEIRA et al., 2016). Foi utilizado, portanto, um questionário, contendo em sua primeira parte questões que se referiam a aspectos sociodemográficos, sendo consideradas tanto variáveis discretas (gênero, local onde mora, escolaridade, raça/cor e situação conjugal) como variáveis contínuas (faixa etária, número de filhos e soma dos salários brutos). Enquanto que, na segunda parte do questionário, foi abordado sobre os produtos comercializados e a sua procedência, dificuldades encontradas pelos feirantes/vendedores e a percepção sobre a importância da feira, conforme pode ser observado no Apêndice B.

Quanto aos tipos de perguntas, o instrumento foi composto por perguntas abertas e fechadas. Nas questões abertas, os participantes responderam livremente e teve-se o cuidado de manter fidedignidade no registro; em relação às fechadas, foram apresentadas opções dicotômicas, de múltipla escolha e escala de importância.

De acordo com Meihy (2005), o caderno de campo funciona como um diário em que o roteiro prático é anotado, considerando os estágios para se chegar à coleta de dados propriamente dita, as datas da coleta de dados, bem como eventuais incidentes de percurso.

⁹ Entre as mudanças que aconteceram no Novo Terminal do Cujupe – MA, pode-se citar a inclusão dos feirantes, que trabalhavam na informalidade, na Associação dos Vendedores do Terminal do Cujupe (AVTEC); assim, embora estes estejam insatisfeitos com algumas destas mudanças, e que serão descritas posteriormente, o novo cenário contribuiu para a nova identidade destes trabalhadores, agora oficialmente identificados como “vendedores” e/ou empreendedores formalizados.

Estas anotações de campo, por sua vez, são classificadas por Triviños (1987) em duas categorias: as de natureza descritiva e as de natureza reflexiva. As de natureza descritiva envolvem as observações sobre os comportamentos, as ações, as atitudes, as palavras, entre outros aspectos relacionados aos participantes e ao ambiente sociocultural e econômico ao qual pertencem; enquanto que as anotações de natureza reflexiva, referem-se à reflexão sobre o que foi observado.

Dessa forma, no caderno de campo foram registradas anotações tanto de natureza descritiva como de natureza reflexiva, pois envolveram algumas observações da etapa de aplicação do questionário, mas também reflexões sobre o desenvolvimento da pesquisa. Caracterizou-se, portanto, como um instrumento complementar, mas de grande ajuda para o momento da análise dos questionários.

4.5 Procedimentos

A realização desta pesquisa só foi possível mediante a execução de algumas etapas. A seguir, apresentam-se cada uma delas, dispostas em ordem cronológica, mas que não as classificam em grau de importância, uma vez que, na prática, uma dependeu da outra.

- I) *Estudo teórico* – esta etapa caracteriza a pesquisa bibliográfica “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de artigos científicos” (GIL, 1999, p.65). Ao longo de toda esta pesquisa, foi utilizado o estudo teórico.
- II) *Entrada para o campo de pesquisa* – seguindo-se a proposta de Cruz Neto (1994), que diz que o movimento inicial deve ser o de aproximação, aproximou-se do local escolhido para a pesquisa. Na Feira da cidade de Alcântara – MA, como não há uma organização ou órgão responsável, começou-se a frequentar mais a feira para compreender a dinâmica da Feira. Na Feira do Terminal do Cujupe, contudo, procurou-se, primeiramente, o setor administrativo do Terminal, a fim de apresentar o objetivo do estudo e obter a autorização para a aplicação do instrumento; só, após autorização concedida, passou para a etapa seguinte.
- III) *Abordagem dos participantes* – conversou-se, individualmente, com cada feirante sobre os objetivos da pesquisa e, para aqueles que aceitaram participar, foi entregue o TCLE e solicitado também que assinassem a outra via, caso soubessem assinar.

- IV) *Coleta dos dados propriamente dita* – após o consentimento dos(as) feirantes, iniciou a aplicação dos questionários. Na Feira da cidade de Alcântara – MA, estes foram aplicados no dia 14 de novembro de 2019, a partir das 6h30min, que é o horário que inicia a feira geralmente. Na Feira do Terminal do Cujupe – MA, a aplicação aconteceu em duas etapas: a primeira foi realizada no dia 15 de novembro de 2019, pelo turno matutino, e, a segunda, aplicação foi realizada no dia 27 de novembro, também durante o turno matutino.
- V) *Tratamento e Análise dos dados* – os dados coletados foram digitados no *Microsoft Office Excel* versão 2013. Em seguida, foi feita a tabulação dos dados, por meio de um processo estatístico que permitiu sintetizar, através de gráficos, informações substanciais e fundamentais para pesquisa. Com a tabulação, seguiu-se a análise descritiva dos dados para a caracterização dos participantes e das feiras estudadas. Em relação às perguntas abertas do questionário, utilizou-se a proposta de análise de conteúdo de Bardin (2011), que, por sua vez, envolve três fases fundamentais: pré-análise (um primeiro contato com os questionários preenchidos, por meio da leitura flutuante); exploração do material (em que as respostas foram agrupadas tematicamente em categorias) e tratamento dos resultados (mediante nova tabulação, análise e discussão).
- VI) *Apresentação dos resultados* – o presente estudo se encontra nesta etapa; que por sua vez, subdivide-se em: defesa da monografia e *feedback* dos resultados aos participantes da pesquisa e órgãos responsáveis.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados obtidos será dividida em três tópicos. No primeiro, serão apresentados os resultados que se referem ao perfil sociodemográfico dos participantes, sendo estabelecidas também relações entre as variáveis adotadas, além das discussões a partir de outros estudos já realizados no espaço das feiras.

Em seguida será caracterizado o trabalho dos(as) feirantes, apresentando a frequência das suas atividades e o tempo que estão neste espaço de comercialização, bem como as motivações que contribuíram para o início desta atividade.

Por fim, pretende-se caracterizar o espaço da feira, apontando seus aspectos positivos e negativos, a partir da percepção dos(as) próprios(as) feirantes, bem como os produtos comercializados e a sua origem.

5.1 Perfil sociodemográfico dos participantes

Em relação à variável sexo/gênero¹⁰, percebeu-se dois cenários contrastantes entre si. Enquanto na Feira da cidade de Alcântara, há predominância de feirantes do sexo masculino (75%) em relação a algumas poucas mulheres (25%), conforme pode ser observado na Figura 6; na Feira do Terminal do Cujupe, observou-se predominância do público feminino (70%) em relação ao masculino (30%), como está representado na Figura 7.

Figura 6 – Configuração da Feira da Cidade de Alcântara – MA por gênero

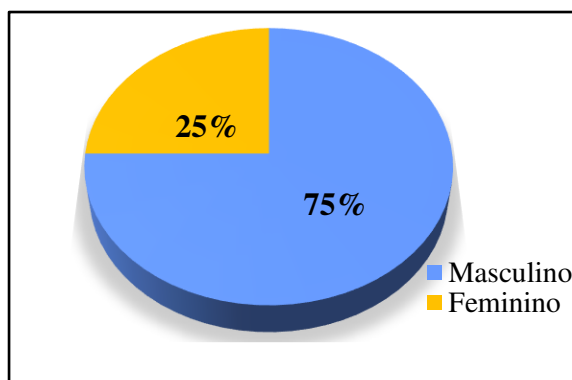
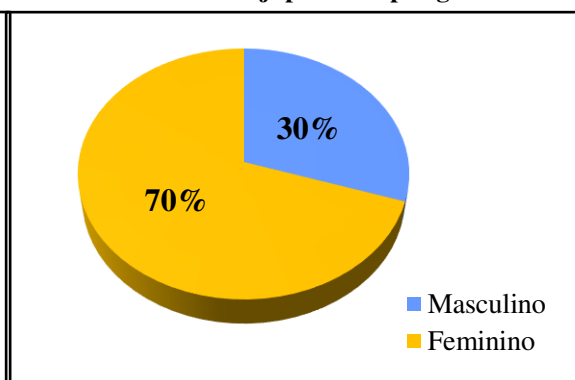


Figura 7 – Configuração da Feira do Terminal do Cujupe – MA por gênero



Fonte: SILVA (2019)

¹⁰ Não se considera sexo e gênero como sinônimos. Mas, considera-se que este estudo aponta tanto para a dimensão biológica (sexo) como para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino (gênero). Eis por que o uso dos dois termos.

De acordo com Araujo e Ribeiro (2018), a questão de gênero é um tema controverso na literatura sobre feiras, existindo diferenças entre regiões, produtos e, possivelmente, épocas. No entanto; muitos estudos, em especial o de Garcia (1992, p.3) que refletiu mais intensamente sobre o assunto, apontam, assim como foi observado na Feira da Cidade de Alcântara – MA, que estas costumam serem espaços masculinos, ou seja, “a feira é um lugar em que são medidos não só o valor dos produtos, mas também o valor dos homens”.

Rocha et al. (2019), em um estudo sobre feiras agroecológicas da região do Baixo Munim, embora tenha identificado um número equilibrado de homens e mulheres, ressaltam que, geralmente, elas enfrentam preconceito, discriminação e uma série de barreiras, desde os próprios medos e inseguranças em sair da área doméstica, dos arredores da casa, do espaço privado de seu total conhecimento, para se arriscar em atividades de gestão administrativa e financeira, antes reduto exclusivo dos homens.

Dessa forma, Garcia (1992) considera que as feiras refletem a divisão sexual do trabalho, de forma que, ao homem, geralmente provedor da família, é dado o poder de decisão sobre a produção e investimentos, enquanto o trabalho feminino, seja qual for o nível de sua participação, é considerado “ajuda”.

Considera-se ainda que a menor participação das mulheres na feira da cidade de Alcântara – MA pode estar relacionada ao tipo de produto comercializado. Como a venda de pescados marca bastante esta feira, é preciso ressaltar que esta atividade também tem se centrado no elemento masculino, de forma que a atuação da mulher ocorre, com algumas exceções, em um contexto de invisibilidade e desvalorização do seu trabalho, entendido apenas como extensão das tarefas domésticas (MARTINS; ALVIM, 2016).

Por outro lado, a participação majoritária das mulheres na Feira do Terminal do Cujupe–MA pode estar relacionada ao tipo de produto predominantemente comercializado, alimentos prontos. Ribeiro (2007) também identificou este fenômeno no Jequitinhonha mineiro, bem como Dias Junior (2015), nas feiras livres paraenses de Cametá, embora tenha identificado mais homens nos pontos de venda das feiras, as mulheres eram predominantes na venda de alimentos prontos.

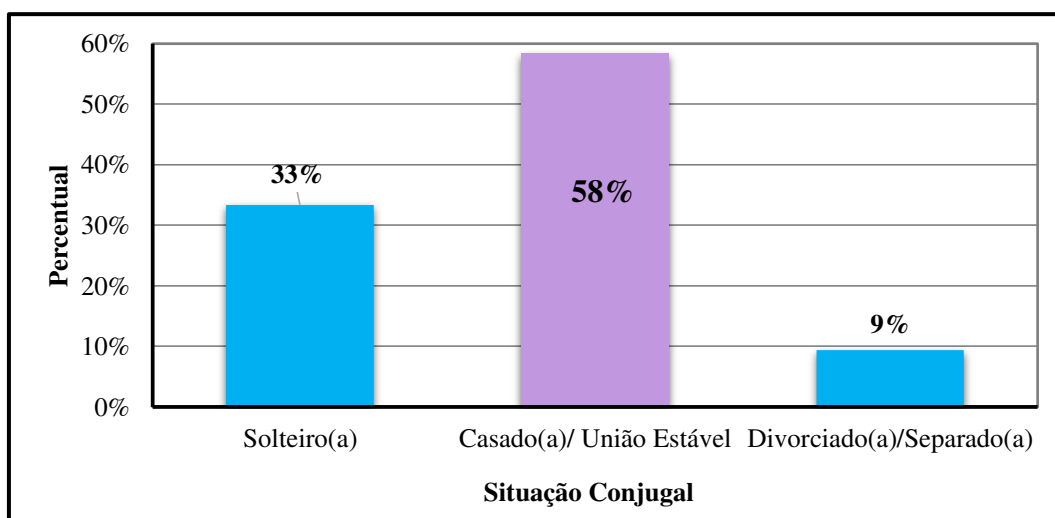
Com efeito, como destacam Anacleto et al. (2016, p.2) “as feiras livres desenharam um novo panorama nas atividades relacionadas ao contexto rural, dado que possibilitou além de escoar a produção, a criação de um cenário onde as mulheres rurais assumiram importante papel no protagonismo das famílias”.

Portanto, a participação das mulheres na atividade de comercialização através da feira evidencia o papel economicamente estratégico destas mulheres para a família, ratificando seu importante papel no desenvolvimento rural-urbano.

Em relação à variável faixa etária, observou-se que, entre os feirantes da cidade de Alcântara – MA, ela variou de 27 a 59 anos, sendo a média de idade de 46 anos. Pode-se dizer ainda que a maioria dos participantes (67%) está na meia idade, período definido, no Brasil, entre 40 e 59 anos (PAPALIA e OLDS, 2013). Este é um período marcado por alguns indicadores sociais, entre estes, família constituída e filhos “crescidos”; de forma que são, geralmente, os adultos de meia-idade que detém a responsabilidade na família.

Sendo assim, a faixa etária média dos feirantes pode explicar também o fato de a maioria destes (58%) ser casado ou constituírem união estável (Figura 8) e terem filhos(as). Considerando, pois, a composição familiar dos feirantes amostrados nesta pesquisa, observou-se que dos 12 (doze) participantes, apenas 3 (três) não possuem filhos(as), enquanto 9 (nove) possuem, obtendo média de 3 filhos(as) por participante, com variação de 1 a 5 filhos entre os participantes, que, por sua vez, formam grupos de aproximadamente 5 pessoas por residência (5 pessoas/residência).

Figura 8 – Distribuição dos(as) feirantes da cidade de Alcântara/MA por situação conjugal

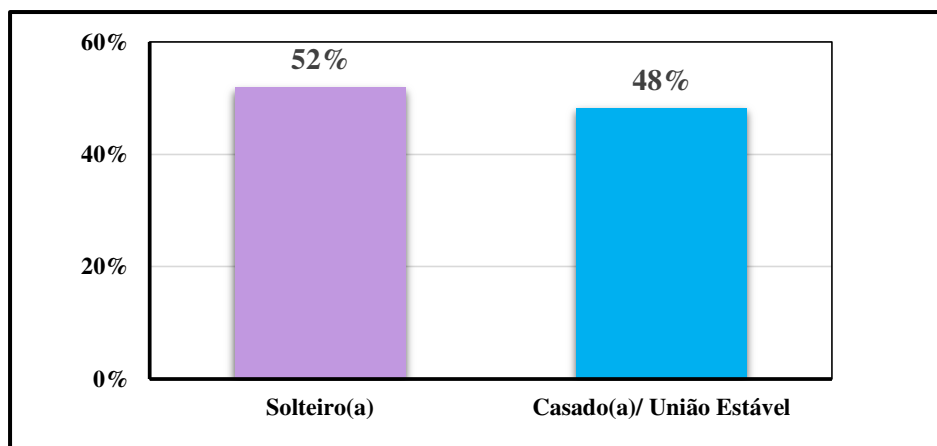


Fonte: SILVA (2019)

Em relação à faixa etária dos “feirantes”/vendedores do Terminal do Cujupe – MA, observou-se certa heterogeneidade, com variações de 19 a 74 anos, mas com média de idade de 38 anos. De forma que a maioria dos participantes (63%), são adultos jovens, fase que vai dos 20 aos 39 anos (PAPALIA e OLDS, 2013).

Embora esta faixa etária também seja marcada por alguns indicadores sociais, ou seja, aqueles que caracterizam a idade adulta no geral (constituição familiar, filhos, etc.), o que se destaca, nesse caso, é que os(as) participantes, em sua maioria, são solteiros (52%), como pode ser observado na Figura 9, e possuem filhos(as). Assim, 6 (seis) dos participantes não possuem filhos(as); enquanto 21 possuem, obtendo média de 4 (quatro) filhos(as) por participante, com uma variação de 1 a 10 filhos(as) entre os participantes, que formam, por sua vez, grupos por residência de aproximadamente 6 pessoas (6 pessoas/residência).

Figura 9 – Distribuição dos(as) feirantes do Terminal do Cujupe/MA por situação conjugal



Fonte: SILVA (2019)

Entre as mutações do meio rural, descritas por Balsadi (2001), pode-se citar as mudanças na estrutura familiar. Assim, de acordo com o autor, bem como com os dados do último Censo demográfico (IBGE, 2010), observa-se uma rápida redução da participação do tipo tradicional de família nuclear (pais com filhos) e do tamanho médio das famílias brasileiras. Famílias com 1 a 3 membros coaduna-se com os dados do Censo que ressaltam que as famílias no Brasil têm em média 3,51 membros.

Nesse sentido, Leone et al. (2010, p. 60) destacam que a compreensão das mudanças pelas quais têm passado os arranjos familiares brasileiros deve considerar associadas as transformações de natureza demográfica, social e cultural. Assim:

Entre as transformações de ordem demográfica, destacam-se a diminuição da fecundidade e o envelhecimento da população. No que se refere às transformações sociais e culturais, destacam-se o menor número de matrimônios, aumento das separações e atraso das uniões, conjuntamente com o novo papel da mulher na família e no trabalho, as quais tiveram importantes implicações nas relações de gênero. Embora o modelo de família tradicional – constituído pelo casal com filhos – continue predominante, reduziu sua importância numérica ao aumentar a participação dos arranjos familiares constituídos pela mãe com filhos e pessoas vivendo sozinhas.

Considerando, pois, a transformação social e cultural do papel da mulher e o fato de que a feira do Cujupe é constituída majoritariamente por mulheres, observou-se também que das 14 mulheres que participaram desta pesquisa, 11 são solteiras com filhos. Logo, depara-se com um conjunto de “mulheres responsáveis pela família com filhos e sem cônjuge”, as chamadas “mães solteiras”.

De acordo com informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir de indicadores oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, de 2015, a incidência de mulheres chefe de família é maior nas áreas urbanas; no entanto, nas áreas rurais do Nordeste este fenômeno também se destaca, mais que em qualquer outra região (IPEA, 201?).

Com efeito, não se pode apontar os fatores que levaram estas mulheres à emancipação, se assim escolheram, se foram abandonadas, muitas perguntas derivam deste dado; por outro, pode-se confirmar a mudança que tem acontecido no papel do feminino nas famílias, uma vez que elas têm deixado o espaço doméstico para inserir-se no mercado de trabalho, ainda que em condições de precariedade, com menor segurança e baixa proteção social. Sobre isso, Cruz (2006, p. 317) comenta:

[...] o fato de terem ingressado no mercado formal de trabalho nas três últimas décadas – o que as colocou no olho do furacão da reestruturação produtiva do capital, alocando-as em relações de trabalho precarizadas –; de representarem 38% das chefias familiares; de almejarem melhorar a cesta e a receita familiar, garantir o estudo dos filhos e tomar a abertura social promovida pelos movimentos populares e pelas lutas feministas faz com que elas aceitem trabalhar por salários mais baixos.

Este novo papel, contudo, não deixa de ser um desafio, pois enfrentam a dupla jornada de “cuidar” e “prover” as suas famílias, muitas vezes sozinhas, ganhando menos e trabalham mais (LAVINAS, 2000).

Neste estudo, observou-se ainda que as famílias envolvidas são de diferentes comunidades do município de Alcântara – MA, pois muitos dos feirantes moram em outras localidades. Os feirantes da cidade de Alcântara, portanto, são originários, em sua maioria, da própria sede (75%), mas há também tem feirantes do povoado de Santa Maria (8,4%), Tacua (8,3%) e Vista Alegre (8,3%), conforme pode ser observado na Figura 10.

Enquanto que os “feirantes”/vendedores do Terminal do Cujupe são originários de: Cujupe (70,4%), Porto de Baixo (7,4%), Porto Novo (7,4%), Jerussú (7,4%), Arenhengáua (3,7%) e Goiabal (3,7%), conforme está ilustrado na Figura 11.

Figura 10 – Local de moradia dos(as) feirantes da cidade de Alcântara/MA

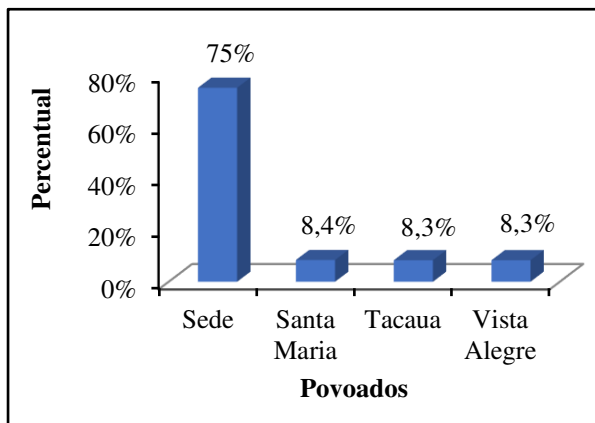
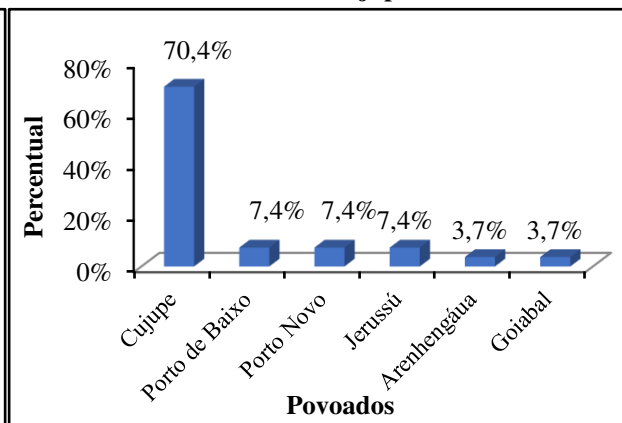


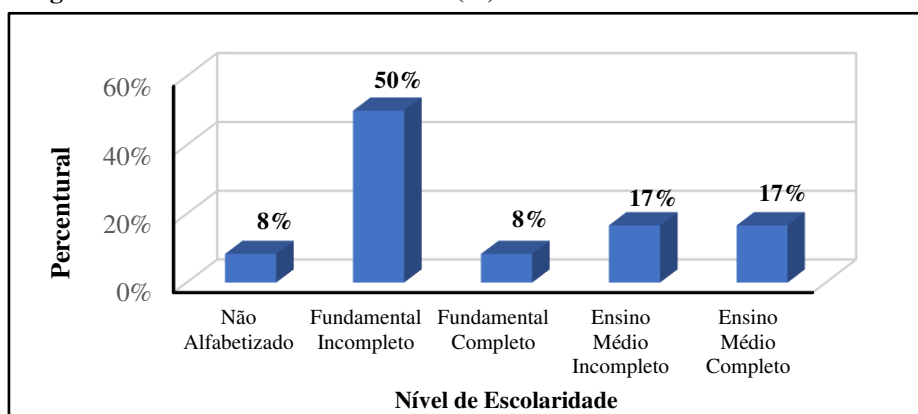
Figura 11 – Local de moradia dos(as) feirantes do Terminal do Cujupe/MA



Fonte: SILVA (2019)

Avaliou-se também a variável nível de escolaridade, em que se constatou um baixo nível. Entre os(as) feirantes da cidade de Alcântara – MA, a maioria não concluíram nem o Ensino Fundamental (50%), há também participantes que não foram alfabetizados (8%), enquanto que os que concluíram a Educação Básica, o que inclui o Ensino Médio Completo, representou 17% da amostra, conforme demonstra a Figura 12.

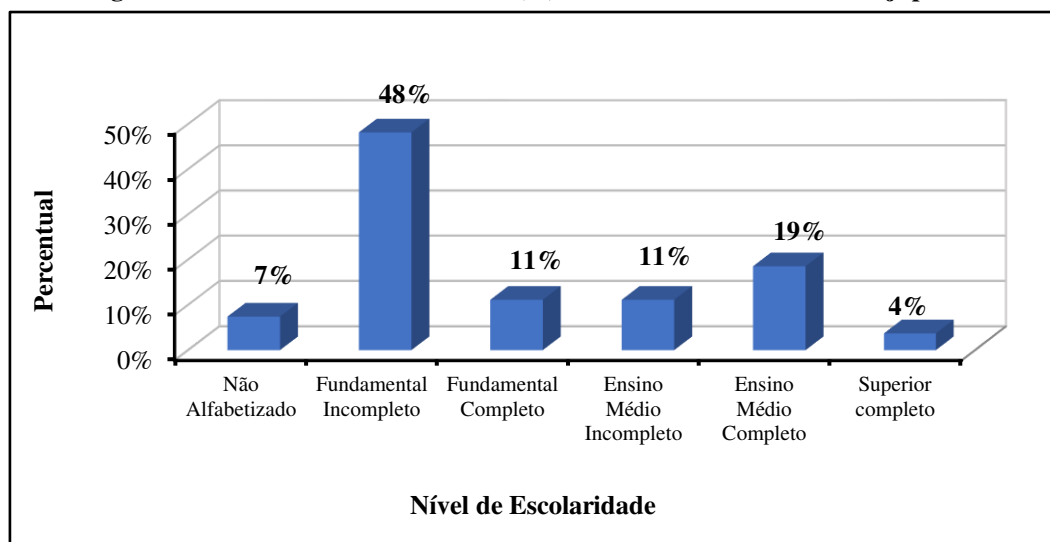
Figura 12 – Nível de Escolaridade dos(as) feirantes da cidade de Alcântara/MA



Fonte: SILVA (2019)

Entre os(as) “feirantes”/vendedores(as) do Terminal do Cujupe – MA, o nível de escolaridade da maioria também é baixo, uma vez que 7% da amostra não são alfabetizadas; 48% não concluíram o Ensino Fundamental e 11% possuem apenas o Ensino Fundamental Completo. Os níveis mais elevados de escolaridade se concentram no Ensino Médio Completo (19%), embora também tenha sido identificado o nível Superior Completo (4%), como mostra a Figura 13.

Figura 13 – Nível de Escolaridade dos(as) feirantes do Terminal do Cujupe/MA



Fonte: SILVA (2019)

Rocha et al. (2019) também identificaram baixo nível de escolaridade entre os(as) feirantes do Circuito de Feiras Agroecológicas da Região do Baixo Munim e consideraram que isso pode explicar inclusive a participação destes no trabalho nas feiras e no campo, pois, no geral, essas pessoas não conseguem se inserir no mercado competitivo de trabalho. Sobre este aspecto, Leon (2000) destaca que as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho estão relacionadas às suas características quanto a sexo, idade e escolaridade.

Assim, observou-se também que, na Feira da cidade de Alcântara – MA, com uma predominância masculina, o nível de escolaridade foi mais baixo; enquanto que na feira do Terminal do Cujupe com predominância feminina houve maior variação no nível de escolaridade. Ressalta-se ainda que os níveis mais elevados de escolaridade identificados neste estudo, Ensino Médio Completo e Superior Completo foram alcançados pelas mulheres, resultado este que se coaduna com os estudos de Maia e Buainain (2015), que identificaram que as mulheres tendem a alcançar maior grau de escolaridade que os homens.

Como também sugerem estes autores, os homens são muitas vezes forçados a abandonar a escola para se dedicarem às atividades profissionais, sobretudo nos ofícios de suas unidades produtivas familiares. Dessa forma, conforme registro no diário de campo, pode-se citar a fala de um dos participantes da Feira do Cujupe, do sexo masculino: “*Não estudei! Meus pais não tinham condições, tive que parar de estudar. Comecei aqui desde os 12 anos, vendendo laranja*”.

Quanto à variável raça/cor, pode-se caracterizar os(as) feirantes da cidade de Alcântara – MA, como predominantemente pardos (66%), embora também se encontre pretos autodeclarados (17%) e brancos (17%), conforme demonstra a Figura 14.

Enquanto que os(as) feirantes/vendedores(as) do Terminal do Cuijue – MA podem ser caracterizados como pardos em sua maioria (67%), com alguns que se autodeclararam brancos (26%) e bem poucos autodeclarados pretos (7%), conforme se observa na Figura 15.

Figura 14 – Distribuição dos(as) feirantes da cidade de Alcântara/MA por raça/cor

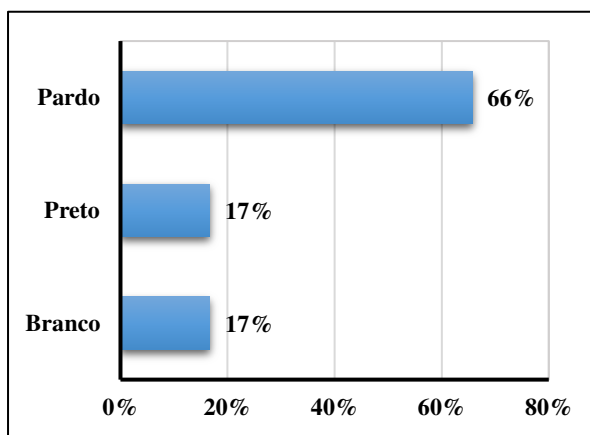
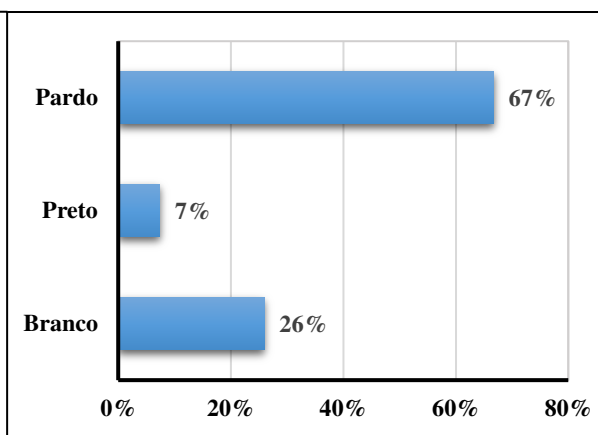


Figura 15 – Distribuição dos(as) feirantes do Terminal do Cuijue por raça/cor



Fonte: SILVA (2019)

Vale ressaltar que, de acordo com Munanga (2004, p. 18), “a noção de mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia”; assim, as declarações “pardo”/ “moreno”/ “mestiço” podem, na verdade, ser uma forma de negação da identidade negra, mais uma nuance, portanto, do racismo brasileiro. Em consonância com esta proposta, a população negra brasileira passou a ser representada pelo somatório das populações preta e parda, nas pesquisas demográficas realizadas pelo IBGE. Sendo assim, os(as) feirantes pesquisados poderiam ser caracterizados(as) em sua maioria como negros, tanto na feira da cidade de Alcântara como a do Terminal do Cuijue.

Por fim, a última variável que compõe o perfil sociodemográfico dos(as) feirantes é a renda familiar mensal. Quando se fala em renda, por sua vez, podem-se estimar níveis de desigualdade e pobreza, bem como as condições de vida destas famílias. Portanto, na feira da cidade de Alcântara – MA, observou-se que 50% da amostra apresenta renda de até um salário mínimo (R\$ 998,00), 42% tem uma renda que varia entre 1 a 2 salários mínimos e alguns participantes (8%) informaram ter uma renda familiar mensal de 2 a 4 salários mínimos, conforme a ilustração da Figura 16.

Em relação à feira do Terminal do Cujupe, a maioria absoluta dos participantes (89%) informou ter uma renda familiar mensal de até um salário mínimo, enquanto os demais (11%) informaram renda que varia entre 1 a 2 salários mínimos (Figura 17).

Figura 16 – Configuração da Feira da cidade de Alcântara/MA por renda familiar

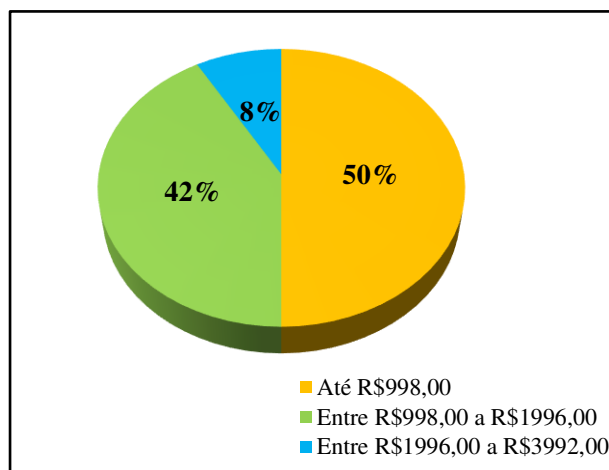
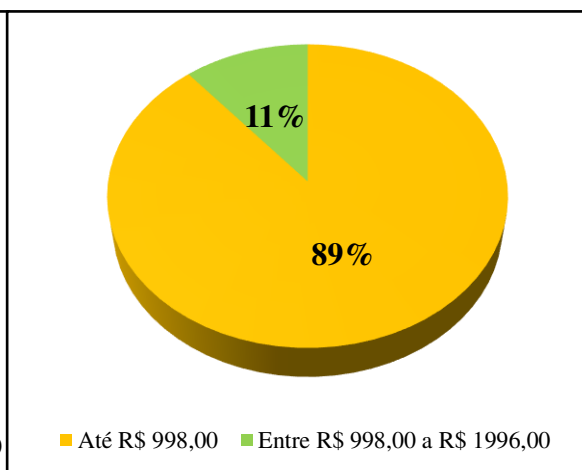


Figura 17 – Configuração da Feira do Terminal do Cujupe/MA por renda familiar



Fonte: SILVA (2019)

Com efeito, a renda familiar, é um indicador de pobreza monetária, que, por sua vez, segundo dados da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2018 do IBGE, tem apresentado piora nos últimos quatro anos. Os dados apontam que, em 2018, 13,5 milhões de pessoas no Brasil viviam com até R\$ 145,00 por mês, o que corresponde a 6,5% da população; em 2014, este percentual era menor (4,5%). Nesse contexto, o Maranhão, em relação ao Brasil, apresenta a maior proporção de pobres, com 53% da população nesta condição (IBGE, 2018).

Neste cenário de pobreza e desigualdades, vale ressaltar ainda que, se as mulheres tendem a alcançar maior escolaridade, como discutido anteriormente; por outro lado, tendem a rendas mais baixas. Observa-se que na Feira do Terminal do Cujupe com predominância feminina, há uma forte concentração de mulheres na faixa de renda de até um salário mínimo, evidenciando, assim, que elas estão tendo de sustentar a família com baixíssimas quantias.

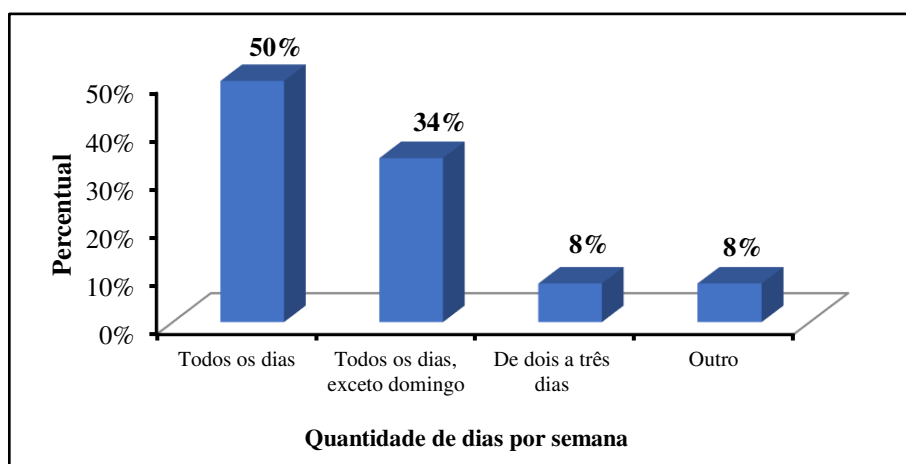
Feita esta caracterização socioeconômica dos feirantes/vendedores; agora, propõe-se conhecer alguns aspectos das atividades destes nas Feiras em estudo, que podem inclusive ser uma estratégia de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas.

5.2 Caracterização do trabalho dos(as) feirantes

A feira é um espaço de diversidade: diversidade de produtos; diversidade de atividades; diversidade de pessoas, de consumidores e de feirantes também. Dessa forma, Araujo e Ribeiro (2018) ressaltam que, embora tenham traços semelhantes, têm também suas singularidades e inclusive a frequência à feira é um traço diferenciador entre os feirantes.

Assim, como está exposto na Figura 18, a frequência diária na Feira da cidade de Alcântara é alta, de forma que: 50% dos feirantes comercializam todos os dias; 34% também comercializam praticamente todos os dias, com exceção do domingo; 8% comercializam seus produtos de 2 (dois) a 3 (três) dias e 8% foi incluído na categoria outro, pois se refere a um participante que mora em outro povoado e informou frequentar este espaço, mais ou menos, três vezes por mês.

Figura 18 – Frequência dos(as) feirantes na Feira da cidade de Alcântara/MA



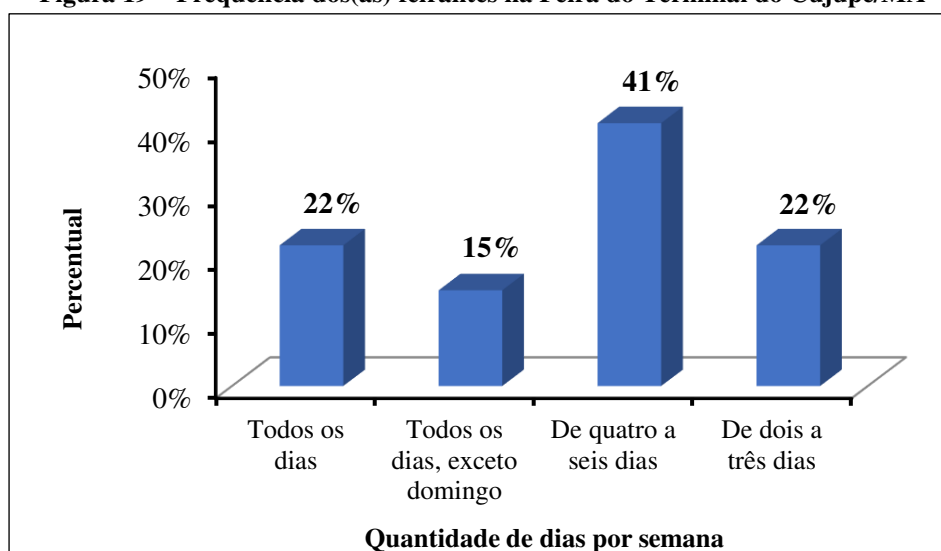
Fonte: SILVA (2019)

Em relação à frequência de participação dos “feirantes”/vendedores na Feira do Terminal do Cujupe, embora possa se observar maior variação na quantidade de dias frequentados (ver Figura 19), se comparado aos feirantes da Feira da Cidade de Alcântara; ainda assim, considera-se que a frequência é alta de segunda a sexta, com uma queda durante os finais de semana. Assim, observou-se que: 41% dos vendedores comercializam seus produtos neste espaço de 4 (quatro) a 6 (seis) dias; 22% comercializam com menor frequência de 2 (dois) a 3 (três) dias; 22% afirmam está na feira todos os dias e 15% também comercializam praticamente todos os dias, com exceção do domingo.

O comportamento de alguns vendedores do Cujupe não frequentarem todos os dias este espaço de comercialização, mais especificamente durante o final de semana, pode estar

relacionado à diminuição do movimento no Terminal e, conseqüentemente, queda nas vendas, assim fala a Participante 20: “*Para mim vim aqui dá é luta, aqui fica uma tapera. As vendas são melhores no começo do mês, feriados, mas, geralmente, diminui no final do mês. Final do mês é ruim!*”.

Figura 19 – Frequência dos(as) feirantes na Feira do Terminal do Cujupe/MA



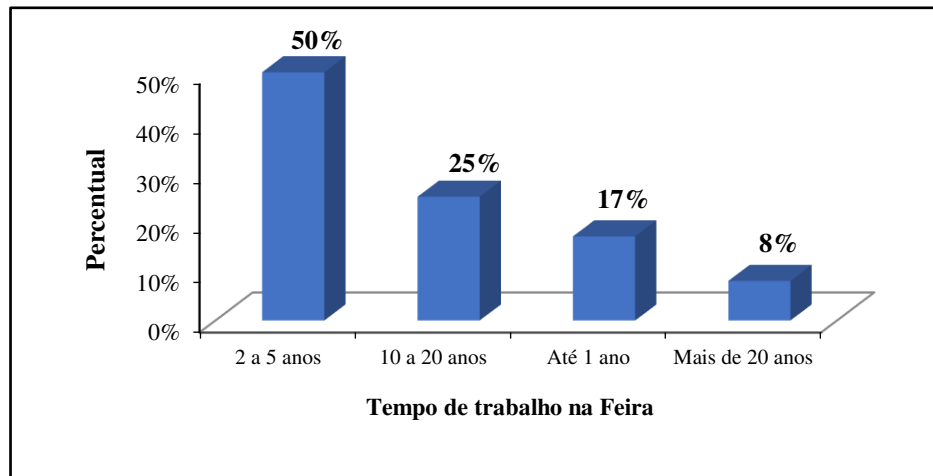
Fonte: SILVA (2019)

Quanto à frequência dos(as) feirantes a este espaço, há as seguintes categorias: os que vendem no mesmo lugar um dia por semana (GODOY, 2005; ANJOS; GODOY; CALDAS, 2005); aqueles que se deslocam, cada dia num lugar ou cidade, geralmente vendendo produção alheia, como é frequente no Nordeste (GARCIA, 1983; COELHO, 2008) e existe o feirante fixo, todo o tempo no mesmo mercado e ponto de venda, que definitivamente não é produtor; vende produção alheia, denominado às vezes de atravessador (GODOY, 2005) ou mercadante (RIBEIRO, 2007). Neste trabalho, portanto, constatou-se que a maioria dos(as) feirantes, tanto na Feira na cidade de Alcântara – MA, como no Terminal do Cujupe – MA, são atravessadores ou mercadantes, praticamente fixos no mesmo ponto de venda e frequentando, quase que diariamente, este espaço com o objetivo de comercializar os seus produtos.

Quanto ao tempo que participam da Feira da cidade de Alcântara, como pode ser observado na Figura 20, a maioria (50%) está de 2 anos a 5 anos comercializando neste espaço; 25% estão há mais tempo, de 10 a 20 anos; enquanto o percentual de 17% afirmou que começaram a comercializar neste espaço há aproximadamente 1 ano, e apenas um dos

participantes (8%) informou que trabalha na feira há mais de 20 anos, mas sinaliza que antes a Feira não era neste local, ela acontecia no Porto do Jacaré (porto da cidade).

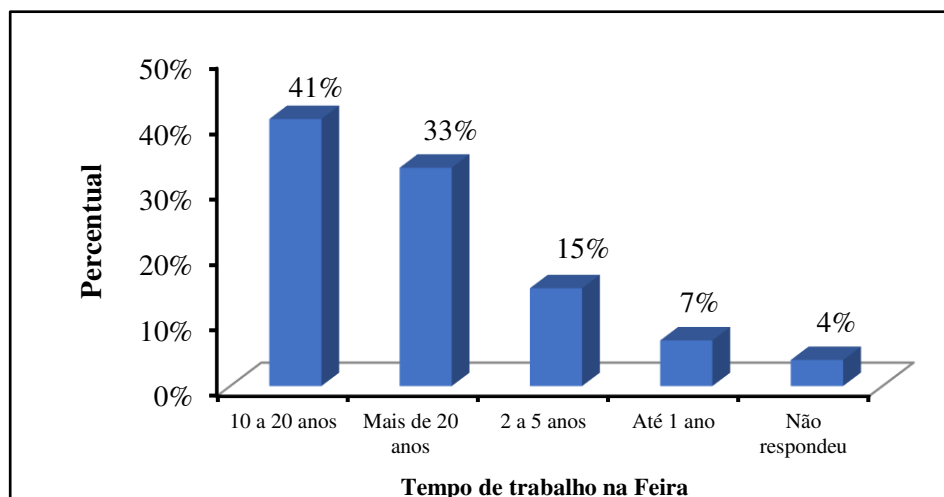
Figura 20 – Tempo de Trabalho dos(as) feirantes na Feira da cidade de Alcântara/MA



Fonte: SILVA (2019)

Quanto ao tempo que participam da Feira do Terminal do Cujupe, conforme está representado na Figura 21, estes vendedores, em sua maioria já estão há bastante tempo neste espaço, de forma que 41% estão entre 10 e 20 anos e 33% há mais de 20 anos. Entre os que estão há menos tempo neste ambiente; identificou-se que 15% estão de 2 a 5 anos; 7% estão a aproximadamente 1 ano e teve 1 (um) participante (4%) que não soube precisar este tempo e não respondeu.

Figura 21 – Tempo de Trabalho dos(as) feirantes na Feira do Terminal do Cujupe/MA



Fonte: SILVA (2019)

Entre os motivos que levaram os feirantes/vendedores a iniciar suas atividades na Feira, o que mais se destacou foi o desemprego. Assim, na Feira da cidade de Alcântara – MA, 7 (sete) pessoas (correspondente ao percentual de 58,33%) apontaram que iniciaram as suas atividades na Feira por não terem outra oportunidade. Na Feira do Terminal do Cujupe, 20 pessoas (74%) também destacaram como o principal motivo para o trabalho na feira a falta de outra oportunidade.

Considerando que a maioria dos participantes desta pesquisa apresentam um baixo nível de escolaridade, pode-se dizer que os resultados obtidos se coadunam com os dados da seção de Mercado de Trabalho da Carta de Conjuntura do IPEA, de que os “desalentados” no Brasil, ou seja, aqueles que, em idade ativa, gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar uma vaga, possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto. Estes “desalentados”, por sua vez, quando estão ocupados, encontram-se na informalidade (IPEA, 2018).

Dessa forma, esta pesquisa confirma a urgência de políticas específicas, como propõe Lima (2018), que sirvam de suporte e incentivo aos trabalhadores rurais em situação de informalidade e desemprego. Vale ressaltar ainda que, embora muitos dos participantes tenham iniciado o seu trabalho na feira há mais de 10 anos; em especial na Feira do Cujupe, observa-se o fenômeno da transgeracionalidade, ou seja, os que estão iniciando suas atividades agora, estão reproduzindo as atividades de seus pais.

5.3 Caracterização das Feiras: pontos positivos e pontos negativos

Alguns estudos apontam a importância das feiras livres para a renda de produtores e vendedores, bem como o papel que estas podem assumir como estratégia para o desenvolvimento local. Herédia (2013), por exemplo, ao estudar o trabalho familiar no Nordeste, constatou e registrou a importância do comércio para as unidades familiares camponesas.

Neste estudo, observou-se também que os próprios feirantes consideram como um ponto positivo da feira o fato dela ser fonte de subsistência e geradora de renda. Este aspecto da Feira da cidade de Alcântara – MA obteve o percentual de 23%, conforme pode ser observado na Figura 22. Ressalta-se ainda que, para a maioria dos feirantes amostrados (58%), o trabalho na Feira da cidade de Alcântara representa a sua única fonte de renda, dando-lhe o peso de 100% para a composição da renda familiar.

Em relação à Feira do Terminal do Cujupe – MA, este ponto foi menos citado pelos feirantes/vendedores, atingindo um percentual de 19%, como indica a Figura 23. Sendo assim,

o peso atribuído à Feira quanto à sua participação na renda familiar também foi menor, de forma que apenas 33% dos feirantes/vendedores deram o peso de 100%.

No entanto, a atribuição de menor peso não se refere à pouca importância desta ou porque os feirantes/vendedores tenham outras fontes de renda; do contrário, embora reconheçam a sua importância, consideram que os rendimentos que têm recebido são ínfimos, em virtude da queda das vendas, o que, conseqüentemente, tem contribuído para que estes trabalhadores estejam à margem e beiram a um quadro de extrema pobreza. Esta situação fica ainda mais evidente no relato da Participante 22 do Terminal do Cujupe – MA:

Antes não tinha lugar melhor para trabalhar, aqui já foi muito bom! Hoje, a venda é muito lenta! Às vezes não vende R\$ 30,00 e acaba não ajudando quase nada, não dá nem para cobrir as despesas com os materiais que a gente compra para preparar os lanches. Infelizmente, é assim! O meu positivo está dentro de mim, que vai melhorar!

Figura 22 – Pontos positivos da Feira da cidade de Alcântara/MA

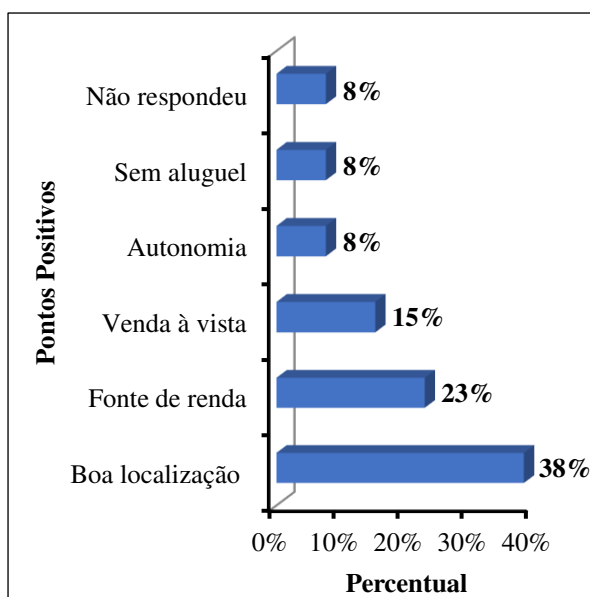
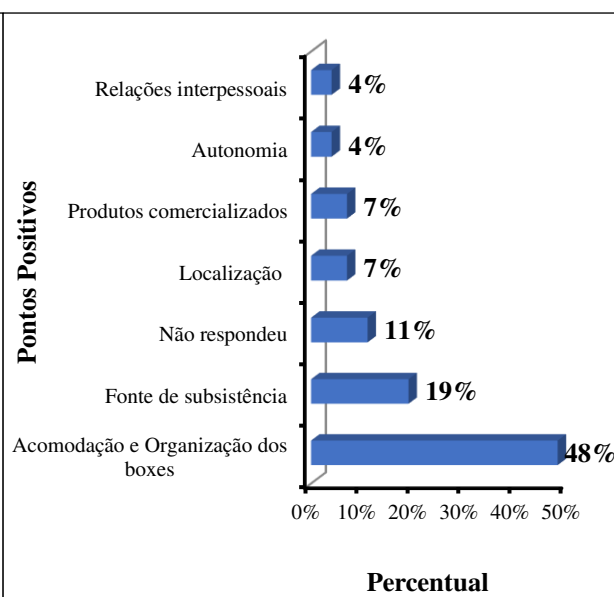


Figura 23 – Pontos positivos da Feira do Terminal do Cujupe/MA



Fonte: SILVA (2019)

Ressalta-se, assim, como afirmam Araújo e Ribeiro (2018), que embora as feiras sejam importantes, nem sempre as rendas obtidas são expressivas. Forman (2009) estudando a participação de camponeses, embora tenha considerado que o cálculo da margem de rentabilidade nas feiras seja algo difícil, destacou que acreditava serem muito baixas estas margens.

Nesse sentido, Coelho (2008) observou que, nas feiras de Cascavel e Ocara (CE), apenas feirantes que comercializavam carnes de primeira qualidade conseguiam rendas

elevadas; feirantes que vendiam miúdos tinham, geralmente, rendas menores. Assim, pode-se dizer que o mesmo foi observado nesta pesquisa, uma vez que na Feira da cidade de Alcântara foram os “açougueiros” que indicaram maior renda familiar e também deram maior peso à feira, ressaltando que as atividades neste espaço de comercialização é a sua única fonte de renda e responsável também por toda a renda da família.

Cassol (2013) também indicou que a feira era a principal fonte de receitas para 48% das famílias feirantes que pesquisou; no entanto, também destacou que se fazem necessários programas públicos de transferência de renda para os feirantes, que combinem recursos e possam melhorar os seus rendimentos.

Com efeito, além de se reconhecer a feira como fonte de renda, os participantes desta pesquisa elencaram outros aspectos positivos e que foram especificadas na Figura 22 e na Figura 23. Portanto, pela Figura 22, observa-se que a Feira da cidade de Alcântara tem também como pontos positivos: a sua boa localização (38%), estando numa área de maior circulação de pessoas, inclusive àquelas que vem dos povoados; venda à vista (15%); proporciona maior autonomia aos trabalhadores (8%); o espaço é público, assim, não é necessário o pagamento de aluguel (8%) e também tiveram aqueles que não responderam (8%).

Pela Figura 23, por sua vez, além de o aspecto da Feira do Terminal do Cujupe – MA como fonte de subsistência, foram descritos também os seguintes pontos positivos: a acomodação e a organização dos novos boxes instalados (48%); alguns (11%), porém, insatisfeitos com a nova estrutura e a disposição do espaço para os(as) vendedores(as), preferiram não responder, até como uma forma de dizer que não estão gostando; a localização representou (7%); o mercado para alguns produtos (7%), sendo destacado a venda de refeições; a autonomia que a feira possibilita (7%), uma vez que, quando não dá para vim, não são obrigados, e as relações interpessoais construídas (4%), mediante a convivência diária.

Embora este último aspecto não tenha sido tão mencionado, considera-se relevante destacá-lo, pois a proposta deste trabalho é ir além de um diagnóstico socioeconômico, incluindo aspectos culturais das feiras. Este ponto, avaliado como positivo, coaduna-se, portanto, com a nossa concepção de feira como um espaço para trocas (trocas comerciais, mas também de experiências); um espaço de relações, em que se pode estabelecer confiança e amizade, tanto entre feirantes-feirantes como feirantes-consumidores.

Nesse sentido, Santos (2019) também destacou, na sua pesquisa sobre a “Feira Livre de Queimadas – PB”, que esta só tem conseguido resistir às ameaças de um capitalismo

selvagem e de outros canais comercialização mais compatíveis a este modelo por um fator único, a saber: a enorme ligação entre moradores e feirantes.

Por isso, nas feiras, as relações estabelecidas não são frias e os produtos não se restringem ao código de barra, alguns inclusive, são produtos do território, como o doce de espécie, uma iguaria tipicamente alcantarenses; sendo assim, estas feiras tem produtos recheados de valor cultural. Para Zanini e Santos (2017, p. 7), as feiras:

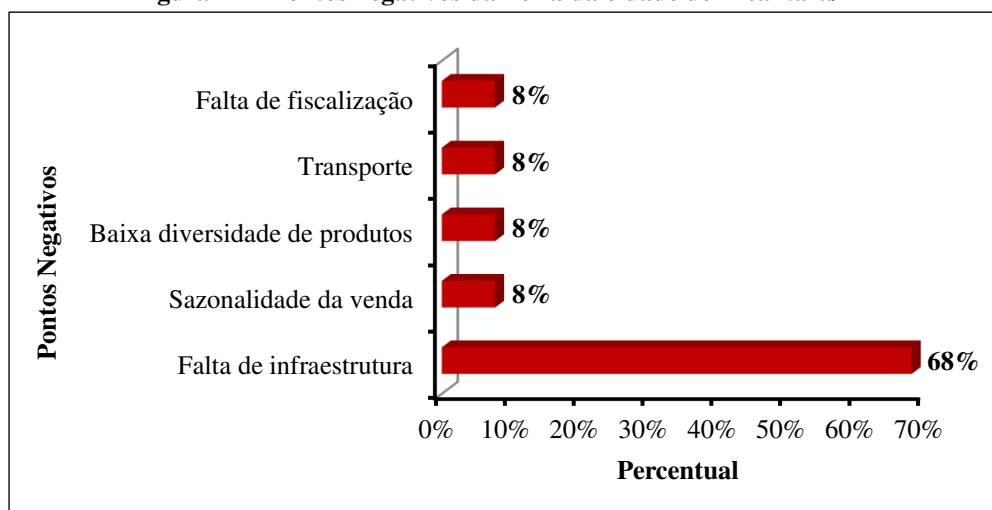
[...] são espaços privilegiados de sociabilidade, de trocas de elementos diversos, muito além das econômicas. Há muita memória, muito conhecimento e saberes que circulam nos processos interativos de compra e venda nas feiras. Há também trânsitos entre o mundo rural e o mundo urbano como construções simbólicas que se encontram fisicamente no espaço das feiras, nas relações entre feirantes e clientes.

Ainda, de acordo com Santos (2019, p. 25), pode-se dizer que a feira possibilita relações de proximidade e estas tendem a ser contínuas: “no grito do feirante, na pechincha do cliente, na piada sobre as frutas, [...] o cliente chega a sorrir, conversa, trata bem, pergunta como foi a semana, brinca sobre o time de futebol e a pessoa volta”.

A fala da Participante 3 da Feira do Terminal do Cujupe – MA também pode ratificar esta discussão e ajuda-nos a compreender melhor este espaço interrelacional: “*Conheci e conheço pessoas maravilhosas. De fato, era melhor quando estava no meio do povo, agora ficamos afastados dos fregueses. As pessoas reclamam, mas, para mim, não existe dia ruim*”.

Entretanto, mesmo em meio a esperança desta participante, não se pode ignorar as dificuldades que os feirantes/vendedores encontram no seu dia-a-dia e que são especificadas na Figura 24, referente à Feira da cidade de Alcântara e, na Figura 25, que se refere à Feira do Terminal do Cujupe.

Figura 24 – Pontos negativos da Feira da cidade de Alcântara/MA



Fonte: SILVA (2019)

Portanto, observando a Figura 24, percebe-se que os aspectos negativos da Feira da cidade de Alcântara – MA, conforme a percepção dos(as) feirantes amostrados(as) nesta pesquisa são: falta de infraestrutura (68%); sazonalidade das vendas (8%), as vendas oscilam e, no caso dos feirantes que trabalham com pescados, foi ressaltado que nem sempre têm a mercadoria; baixa diversidade de produtos (8%), um feirante destacou que a concorrência é importante, então, seria bom que a feira fosse ocupada por mais vendedores, contribuiria para a qualidade dos produtos e aumentaria a diversidade; transporte (8%) foi apontado tanto pelos feirantes que moram em outras localidades (fora da sede), como também por aqueles que precisam comprar a mercadoria na Central Estadual de Abastecimento do Maranhão (CEASA – MA), em São Luís, e falta de fiscalização (8%).

Sendo assim, o principal aspecto negativo ressaltado foi a infraestrutura, na verdade, a ausência desta. A feira da cidade de Alcântara acontece na rua, estando os(as) feirantes e os seus produtos sujeitos ao Sol, à chuva e à poeira, inclusive comprometendo as condições sanitárias destes produtos.

Nesse sentido, o estudo realizado por Silva et al. (2008), na feira da cidade de Areia – PB, também constatou que os principais problemas deste espaço decorrem da falta de infraestrutura, além de aspectos relacionados à sujeira da feira e à falta de local estabelecido para cada feirante.

Este resultado também é semelhante às observações de Lucena et al. (2019), na Feira de Vicência – PE, os autores concluíram que a desorganização do espaço e a falta de fiscalização gera insatisfação e reclamações entre os feirantes, além de um desânimo alarmante, pois dependem da feira para sobreviver.

Considerando que a falta de estrutura interfere nas condições de higiene, uma vez que os alimentos estão expostos à poeira, insetos e cães, os resultados de Vaz et al. (2003) de que os aspectos ambientais nas feiras livres da Bahia não são satisfatórios, também se aproximam da realidade da Feira da cidade de Alcântara – MA.

A melhoria das condições de infraestrutura requer, portanto, articulação entre os feirantes e gestores públicos. No entanto, como pode se perceber na fala de dois participantes da Feira da cidade de Alcântara – MA, esta articulação tem sido difícil e morosa:

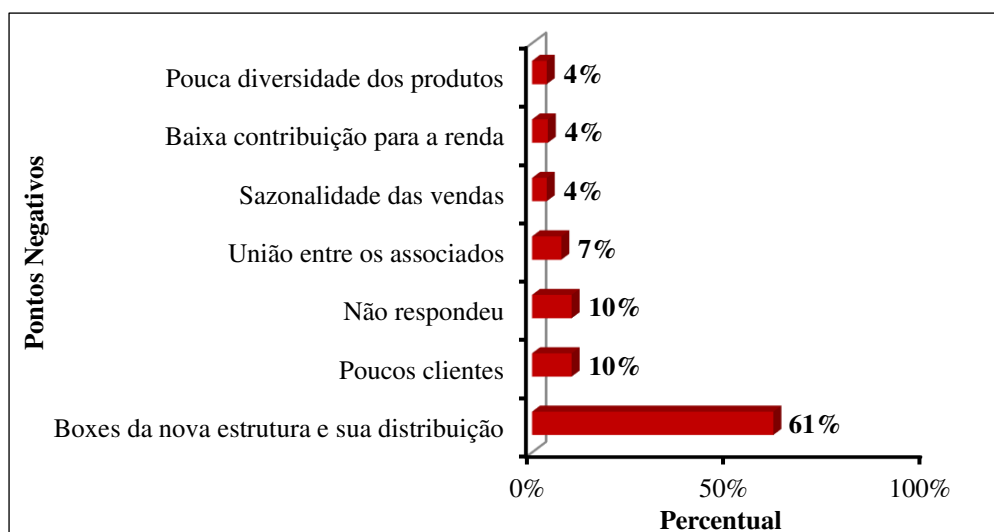
Não tem feira! É no meio da rua... Precisamos de uma feira, já fizemos abaixo-assinado, mas até hoje esperamos (PARTICIPANTE 3).

Toda vez somos enganados aqui! Nas eleições prometem que vão olhar para nós, mas ninguém ainda resolveu esta situação... (PARTICIPANTE 8).

Observando agora a Figura 25, percebe-se que os aspectos negativos da Feira do Terminal do Cujupe – MA, conforme a percepção dos(as) feirantes/vendedores(as) amostrados(as) nesta pesquisa são: boxes da nova estrutura do Terminal e a sua distribuição (61%); poucos clientes (10%); falta de união entre os associados das vendas (7%); sazonalidade das vendas que oscilam pelo movimento no terminal (4%); e baixa diversidade de produtos (4%), praticamente todos os boxes vendem a mesma coisa.

Assim, se na Feira da cidade de Alcântara constatou-se a falta de estrutura como o principal ponto negativo; nesse outro contexto, pode-se dizer que a estrutura, mesmo com as vantagens da acomodação e organização, também é vista como negativo e uma das maiores dificuldades que os(as) vendedores(as) têm encontrado.

Figura 25 – Pontos negativos da Feira do Terminal do Cujupe/MA



Fonte: SILVA (2019)

Com efeito, grande parte dos participantes da pesquisa comentaram sobre esta nova organização e considera-se que as falas do Participante 5 e do Participante 6, no Terminal do Cujupe – MA, são expressivas e podem ilustrar bem esta discussão:

A estrutura do novo terminal foi ótima para EMAP, passageiros, mas para nós, não! Ninguém nunca veio falar conosco, perguntar o que achávamos, Pegar opinião. A disposição dos boxes não ficou legal. Eu acho que tinham que ser voltados para o outro lado (PARTICIPANTE 5).

Melhorou em termo de acomodação, conforto e atendimento. Mas em termo de renda caiu 50%. É proibida a venda ambulante, então a gente não vai até o cliente, ele que tem que vir, mas eles não vêm, às vezes não saem do carro, os próprios passageiros às vezes não vêm comprar a passagem (PARTICIPANTE 6).

Sendo assim, os boxes foram classificados como um aspecto negativo e representam uma dificuldade que os(as) vendedores(as) têm encontrado, porque consideram que eles não aproximam do cliente; pelo contrário, afastam e, conseqüentemente, também têm dificultado as vendas.

Consideram ainda que a distribuição dos boxes favoreceu alguns e prejudicou outros, pois os boxes localizados na parte da frente do Terminal tendem a ser privilegiados; observa-se esta justificativa dos boxes como aspectos negativos na fala de duas participantes do Terminal do Cujupe. A Participante 14 comentou: *“O ponto que colocaram a gente não é legal. Na minha opinião, os nossos boxes deveriam ser na frente e de comida para cá”*. De forma semelhante, disse a Participante 21: *“Ficamos no ponto mais escondido e próximo da rampa Sul. Mas tem mais viagem para lá. Foi sorteio, mas não é legal”*.

Diante deste aspecto avaliado como negativo e mencionado pela maioria dos participantes, considera-se que este não pode ficar no campo das reclamações, mas precisaria ser discutido e levado aos gestores. Sendo assim, este ponto, que hoje caracteriza também uma dificuldade, poderia ser transformado em uma oportunidade para o fortalecimento da coalizão dos(as) feirantes/vendedores na associação, já que é um elemento que incomoda a maioria dos associados. Este elemento comum poderia inclusive ser usado para uni-los, superando também a dificuldade da falta de união entre eles, apontada por alguns participantes.

Enfim, as dificuldades encontradas pelos(as) feirantes/vendedores(as) apontam para a importância de se desenvolver políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da feira livre, evitando, porém, políticas que venham de cima para baixo, sem proporcionar o diálogo e a participação dos feirantes bem como dos consumidores que frequentam este espaço.

Brito (2017), no seu estudo sobre o caso da feira livre de Cruz das Almas – BA, destaca a importância dos espaços criados pelos próprios feirantes para encaminhar questões referentes às feiras e se discutir políticas públicas específicas, enraizadas nos atores que nelas atuam.

Considera-se, assim, que diante destes pontos negativos, ou seja, dos problemas levantados pelos(as) feirantes tanto da Feira da cidade de Alcântara – MA como do Terminal do Cujupe – MA, a proposta que emerge são as políticas públicas, uma vez que elas são estratégias para se desenvolver soluções e parametrizar os conflitos, tentando atender a maioria dos beneficiários.

Com efeito, as políticas públicas são mecanismos que possibilitam não apenas reverter as dificuldades, mas também investir e desenvolver potencialidades. Contudo, como

apontaram Araujo e Ribeiro (2018), na sua revisão bibliográfica sobre os vários estudos desenvolvidos em feiras, quase não existem programas públicos criados para apoiar as feiras, as experiências ainda se mostram muito tímidas, em geral, são ações municipais e iniciativas pontuais.

Portanto, como as políticas públicas não nascem espontaneamente, faz-se necessário também pensar em estratégias de fortalecimento em rede dos feirantes. Acredita-se que somente organizados terão condições de cobrar e articular, junto ao poder público e iniciativas privadas, programas e ações que incentivem as suas atividades de comercialização, mas também possam reverter quadros de pobreza e desigualdades, assegurando mais dignidade a estas famílias.

Vale ressaltar ainda que o fortalecimento dos(as) feirantes em associação e em redes pode auxiliar também na diversificação de produtos (aspecto este avaliado como negativo nas duas feiras). Este fortalecimento pode possibilitar a oferta de novos produtos, com a identificação de novos nichos, bem como por meio do processo de incorporação de utilidade ao produto, agregando valor.

Conforme pode ser observado na Tabela 2, os produtos comercializados na Feira da cidade de Alcântara – MA, no geral, são gêneros alimentícios, o que inclui carne, verduras/legumes, frutas, refeições, peixe, farinha, camarão, lanches e água.

Tabela 2 – Produtos comercializados pelos(as) feirantes da Feira da cidade de Alcântara, MA

Participantes	Carne	Verduras/ Legumes	Frutas	Refeições	Peixe	Farinha	Camarão	Lanches	Água
Questionário 1	X	X		X					
Questionário 2		X	X	X				X	
Questionário 3					X				
Questionário 4					X				
Questionário 5		X	X						X
Questionário 6					X				
Questionário 7					X		X		
Questionário 8		X	X						
Questionário 9	X								
Questionário 10					X				
Questionário 11		X	X			X			
Questionário 12			X			X			

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Estes produtos apresentam pouco valor agregado e, quanto à sua origem, há diferenciações, conforme os setores da feira. Assim, entre os 6 (seis) feirantes que trabalham com pescados, 4 (quatro) adquirem o produto direto do pescador local e os outros 2 (dois)

compram com pescadores de outro município. Entre os 2 (dois) que trabalham com carne, um compra de produtores da região e, o outro, de outras regiões (Maracaçumé, Centro Novo do Maranhão e Zé Doca). No setor de olerícolas (verduras/legumes), todos compram na CEASA. Em relação às frutas, 3 (três) compram na CEASA (correspondem os mesmos feirantes que também estão no ramo das olerícolas), 1 (um) compra em Turiaçu e 1 (um) compra de produtores locais. Os demais produtos são adquiridos por meio de outros intermediários e os lanches são preparados pela própria pessoa que comercializa.

Em relação aos produtos comercializados na Feira do Terminal do Cujupe – MA, a pouca diversidade, sem tantas conveniências, também se faz presente, como se observa na Tabela 3.

Tabela 3 – Produtos comercializados pelos(as) feirantes da Feira do Terminal do Cujupe, Alcântara, MA

Participantes	Frutas	Camarão	Lanches	Refeições	Água
Questionário 1		X	X		
Questionário 2	X		X		X
Questionário 3			X		
Questionário 4	X		X		X
Questionário 5	X		X		X
Questionário 6	X				X
Questionário 7	X		X		
Questionário 8			X		X
Questionário 9			X		
Questionário 10			X		X
Questionário 11			X		X
Questionário 12			X		X
Questionário 13			X		
Questionário 14			X		
Questionário 15			X		
Questionário 16			X		
Questionário 17			X		
Questionário 18			X		
Questionário 19			X		
Questionário 20			X		
Questionário 21			X		
Questionário 22			X		
Questionário 23				X	
Questionário 24				X	
Questionário 25			X		
Questionário 26	X		X		X
Questionário 27	X		X		

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Na Feira do Terminal do Cujupe – MA, portanto, há predominantemente produtos prontos, o que inclui lanches e refeições; com destaque, porém, para os lanches, produto este comercializado por 20 feirantes/vendedores, enquanto as refeições, são apenas por 2 (dois). Entre os outros produtos que podem ser encontrados nesta feira, citam-se também: frutas (presente em 7 boxes), camarão (encontrado em apenas um dos boxes amostrados) e água (em 9 nove boxes).

Quanto à origem destes produtos, pode-se discriminá-los também de acordo com os setores/ramos da feira. Em relação aos lanches, dos 20 participantes que os comercializam, 18 correspondem ao preparo pelos(as) próprios(as) feirantes/vendedores(as); enquanto que os outros 2 (dois), que trabalham com produtos industrializados (biscoitos, pipocas, refrigerantes), 1 (um) compra no varejo local e o outro no atacado em São Luís. Em relação às frutas, 5 dos participantes compram no atacado em São Luís, Pinheiro e/ou Bequimão; enquanto 1 (um) adquire mediante agente que entrega no local e apenas 1(um) é produtor, sendo que o produto vem do seu “quintal produtivo”. Em relação ao camarão, o participante não soube informar, pois disse que não é associado e, na verdade, trabalha para outra pessoa e, em relação à água, esta é comprada no atacado local.

Com efeito, Araujo e Ribeiro (2018) destacam que algumas feiras costumam se dividir em áreas, espaços delimitados para vendas dos mesmos produtos, tais como feira de raízes e ervas, de flores, bolos, doces, ferragens, fumo, corda, entre outras. Dias Júnior (2015), por exemplo, identificou espaços específicos nas feiras paraenses: mercado de carne, mercado de peixe, feira do açaí e feira da farinha. No presente estudo, pode-se dizer que as duas feiras se caracterizam como feiras de alimentos, e, no caso da Feira do Terminal Cujupe, é predominantemente uma feira de alimentos prontos, o que pode explicar também a predominância feminina neste espaço.

De acordo com a origem dos produtos comercializados, por sua vez, os feirantes costumam ser divididos em dois tipos: feirantes “produtores”, quando produzem os produtos e feirantes “comerciantes”/ “intermediários”, quando compram e revendem produtos (ARAUJO; RIBEIRO, 2018). Neste caso, como já foi exposto em outro momento, os(as) feirantes que participaram desta pesquisa, tanto na Feira da cidade de Alcântara como na Feira do Terminal do Cujupe, são feirantes comerciantes/intermediários.

Sendo assim, ao contrário das feiras de Jequitinhonha, em que Ribeiro (2007) identificou que o intermediário era minoria, nas feiras do município de Alcântara estudadas, o feirante intermediário é o tipo de feirante que as caracterizam. Sendo assim, considerando os estudos de Zanini e Santos (2017), que apontam que as feiras tendem a ser mais diversificadas

quando contam apenas com agricultores/produtores, pode-se compreender alguns dos fatores que levam à pouca diversidade dos produtos comercializados.

Em relação ao valor agregado aos produtos, usando-se de uma nomenclatura proposta por Ribeiro (2007) para caracterizar os feirantes do Vale do Jequitinhonha, quanto à renda; considera-se que os feirantes podem ser analisados como: “fortes”, aqueles com maior força produtiva e que conseguem agregar mais valor ao produto; ou “fracos”, aqueles que comercializam produtos com baixo valor agregado. Sendo assim, os feirantes das duas feiras aqui estudadas podem ser caracterizados como “fracos”.

Contudo, para se tornarem “fortes”, inspirados no próprio ditado popular que diz “a união faz a força”, uma estratégia seria associar-se, fortalecer estas experiências de coalizão, inclusive para que consigam assumir mais funções de comercialização e aumentar suas margens de lucro e, conseqüentemente, melhorar a renda e a qualidade de vida de suas famílias.

Nesse contexto, não se pode desconsiderar o papel das políticas públicas, que novamente emergem nesta discussão, dada a sua urgência e necessidade, para que sirvam de suporte e incentivo às feiras e às pessoas que delas participam vendendo (aqui em evidência), mas também daquelas que participam comprando, cantando, dançando, expressando qualquer forma de arte, ou simplesmente, visitando-as e apreciando-as.

6 CONCLUSÃO

Este estudo pôde ressaltar as feiras livres como um importante canal de comercialização e o seu papel econômico para as comunidades locais. No entanto, também foi possível constatar que o valor destas ultrapassa questões meramente econômicas, elas se constituem também como lugares onde acontecem conversas e encontros, estabelecem-se relações e aprendizagens, além de ser um espaço de memórias, valorização dos produtos locais e outras manifestações culturais.

O estudo apontou ainda que as feiras apresentam semelhanças e diferenças entre si. Entre as semelhanças, observou-se que é inquestionável o papel que estas assumem como fonte de renda e subsistência, diante de um quadro de desigualdades, reflexo da falta de ganho real no salário mínimo, além da informalidade e da subutilização no mercado de trabalho.

Outro ponto que aproxima e distancia as feiras em estudo foi a questão da infraestrutura, aspecto este considerado negativo nas duas feiras. No entanto, enquanto na Feira da cidade de Alcântara – MA o que causa insatisfação aos feirantes amostrados é a ausência de uma infraestrutura adequada; na Feira do Terminal do Cujupe – MA, que, por sua vez, passou por um processo de reconstrução e dispõe de novas estruturas, o que causa a insatisfação é a forma como aconteceu a reconstrução, de forma que a distribuição dos novos boxes, em vez de favorecer as vendas, acabaram limitando-as.

Assim, diante de realidades distintas, há algo que os aproximam e considera-se que pode ser eficaz para as duas realidades, tanto em termos de superação das dificuldades apontadas, como no sentido de aproveitar os pontos positivos; a estratégia proposta, portanto, é a do fortalecimento das experiências dos(as) feirantes em rede e/ou associações.

Estas experiências organizativas, além de promover o diálogo, possibilitam o conhecimento de direitos e uma forma de reivindicá-los junto aos gestores públicos. Estes espaços de organização dos feirantes podem, assim, tornar-se laboratórios para a criação de políticas públicas específicas, enraizadas nos atores que nelas atuam e que venham fortalecer esta atividade econômica e sociocultural.

No entanto, como não se tem a pretensão de concluir, este estudo aponta também para a necessidade de aprofundamento dos resultados obtidos, bem como para a necessidade de outros estudos, que incluam, por exemplo, a percepção dos consumidores que frequentam as duas feiras analisadas. Surge como proposta, assim, replicar esta pesquisa nas feiras com os consumidores e em outras feiras do município Alcântara – MA.

Ressalta-se a necessidade de novos estudos da realidade maranhense, pois os dados sofrem influências sociais e culturais. É importante enfatizar também que, diante de uma realidade de vulnerabilidade social que marca as populações que vivem neste Estado, trabalhos como estes são significativos para afirmar o papel dos(as) feirantes no crescimento da cidade e desenvolvimento das atividades do campo e, conseqüentemente, reafirmar o papel das feiras como um empreendimento de grande responsabilidade econômica e social.

Espera-se, portanto, que as discussões que foram levantadas possam fortalecer o debate sobre o tema, no sentido de compreender as feiras livres como um espaço propício de comercialização, mas também de encontro de identidades e conexões culturais; bem como dar visibilidade as dificuldades destes feirantes, podendo auxiliar futuramente na construção de propostas de intervenção para a melhoria de espaços como estes e o bem-estar das pessoas e famílias diretamente envolvidas, além de oferecer subsídios que qualifiquem a atuação do poder público.

Acredita-se, assim, que os resultados aqui obtidos, embora não seja uma pesquisa de natureza aplicada, podem fundamentar estratégias para fortalecer os feirantes e a luta destes por políticas públicas participativas.

Portanto, apesar de todos os desafios que marcam a prática da pesquisa, a continuidade de estudos como estes, bem como o desenvolvimento de ações concretas junto aos feirantes, são mais que necessários, e, por conseguinte, o ponto que agora pausa este trabalho não pode ser final, mas sim continuando.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006.

_____. **Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 10. São Luís, 2007.

ANACLETO, Adilson; COELHO, Andersandra Pereira; CURVELO, Eder Bruno Couto. As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do paraná. **Faz Ciência**, v. 18, n. 27, p. 118-139, jan/jun. 2016.

ANDRADE, Amélia; PINHEIRO, Maria Gilcélia; SILVA, Saulo Rondinelli X. da. Feiras livres: um lugar democrático. **Revista Virtual Partes**, 13 de fev. 2008. Disponível em: <http://www.partes.com.br/2008/02/13/feiras-livres-um-lugar-democratico/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

ANJOS, Flávio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda. **As Feiras-livres de Pelotas sob o Império da Globalização**: Perspectivas e Tendências. 1. ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

ARAUJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561-583, out. 2018.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal-RN-Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. 18, n. 1009, enero, 2013.

AZEVEDO, Rosimairé Mendes de; ALVES, Carlos Antonio Belarmino. Feira Livre de Guarabira e o trabalho informal dos carroceiros: um breve estudo. In: MARIANO NETO, Belarmino; ARRUDA, Luciene Vieira de (Orgs.). **Geografia e Território**: Planejamento urbano, rural e ambiental. João Pessoa: Ideia, 2010, p. 141 – 152.

BALSADI, Otavio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, p. 155 – 165, jan./mar. 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO JUNIOR, Ivo Matos. Roteiro 5: Alcântara. In: LOPES, José Antônio Viana. São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara. **Guia de arquitetura e paisagem**. Ministério da Cultura (Brasil), Ministério de assuntos exteriores y de Cooperacion. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Viviendas, 2008.

BRAGA, Yara Maria Rosendo de Oliveira. **Território étnico**: conflitos territoriais em Alcântara, Maranhão. 2011. 156 f. Dissertação (Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale da Paraíba. São José dos Campos – SP, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

_____. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

_____. **Ações de Incentivo ao Consumo de Frutas e Hortaliças do Governo Brasileiro**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição; Organização Pan-americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde. Brasília; Ministério da Saúde; 2009.

_____. **Diretrizes e normas para pesquisa envolvendo seres humanos. Resolução CNS 466/2012**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde. Ministério da Saúde, 2012.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1991.

BRITO, Fabrício de Jesus Pimentel. **Políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da feira livre: o caso da feira livre de Cruz das Almas – BA**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira – BA, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: XXIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 29., São Paulo. **Anais....** São Paulo, 2009, p. 1-16.

CARDEL, Lídia Maria Pires Soares; SOUZA, Márcio Nicory Costa. Metamorfoses da continuidade: balas, acarajés e “banhos” – três comércios da Feira de São Joaquim, Salvador, Bahia. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. **Feiras, feirinhas e feirões: a ‘economia dos centavos em foco’**. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 11 – 39.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), n. 11, out. 1998.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CASSOL, Abel Perinazzo. **Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. 2013. 186 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CASTRO, Luciana Luisa Chaves; NORONHA, Gabriela Silva; MEDEIROS, Manuel Alfredo Araújo. Ecoturismo como alternativa de Desenvolvimento Socioeconômico na Ilha do Cajual, Alcântara (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.9, n.3, p.418 – 432, ago/out. 2016.

CAVALCANTI, Cácio Ribeiro et al. Avaliação e diagnóstico das condições de comercialização de alimentos nas feiras livres no estado da Paraíba. **Arq. Ciênc. Vet. Zool. UNIPAR**, v. 17, n. 3, p. 167-172, jul./set. 2014.

CHAVES, Gilvando Rodrigues. **Análise socioeconômica e cultural da Feira livre do Município de Remígio – PB**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande – PB, 2011.

COELHO, Jakson Dantas. **Feiras livres de Cascavel e Ocara: caracterização, análise da renda e das formas de governança dos feirantes**. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia Rural – MAER) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

CONFEA. CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução N° 1002**, de 26 de novembro de 2002. Adota o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia e dá outras providências. 10. ed. Brasília-DF: Gerência de Comunicação do Confea – GCO, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.

_____. **Trajетórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015.

COUTINHO, Edilma Pinto et al. Feiras Livres do Brejo Paraibano: crise e perspectivas. In: XLIV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”, 44., Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

CRUZ, Tânia. Ocupação no mundo do trabalho e o enfoque de gênero: qual o perfil do sujeito trabalhador que constrói a economia solidária no Brasil? **Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 2, p. 311 – 325, 2006.

CRUZ NETO, Otavio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 8 – 13, jun. 2013.

DIAS JUNIOR, Carlos Alberto Corrêa. Comer na feira: consumo alimentar e cultura na feira de Cameté – Pará. In: V REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 5., Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. **Anais...** Alagoas, 2015.

DLIS. Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável. **Diagnóstico Participativo do Município de Alcântara**. In: Fórum DLIS. Alcântara: Projeto AEB/ MCT/PNUD, 2003.

FEHRENBACH, Arlene; SALAMONI, Giancarla. A multifuncionalidade da paisagem rural no município de Arroio do Padre – RS. **Geografia**, Rio Claro, v. 43, n. 1, Especial – VI Encontro REA, p. 19-29, jan./abr. 2018.

FIGUEIREDO, Adelaide dos Santos; PANTOJA, Maria Júlia; MELO, Mário Felipe de; DIAS, Renato de Lima. **Conhecendo seu canal de comercialização de hortaliças**. Universidade Católica de Brasília, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Brasília: Universa, 2003.

FONTANA, Ana Paula Cavali. **Tecendo relações**: a feira da agricultura familiar como espaço para além da comercialização de alimentos. 2018. 89 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon – PR, 2018.

FORMAN, Shepard. **Camponeses**: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

GARCIA, Marie-France. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 19, p. 84 –102, 1992.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GEPLAN. GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Atlas do Maranhão**. São Luís: Laboratório de Geoprocessamento – UEMA, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Wilson Itamar. **As feiras-livres de Pelotas, RS**: estudo sobre a dimensão socioeconômica de um sistema local de comercialização. 2005. 284 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2005.

GOMES, Cristiane Mesquita. **Turismo, Cultura e a Festa do Divino em Alcântara (MA)**: meu canto não pode parar. Fortaleza: EDUECE, 2017.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A morada da vida** – Trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro, ZAHAR Editores, 1976.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/Maranhão/Alcântara**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/panorama>. Acesso em: 25 nov. 2019.

_____. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão Proposta Avançada**. São Luís, 2018.

Disponível em: https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Proposta-IMESC_22-Regi%C3%B5es-de-Desenvolvimento-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-2018.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html. Acesso em: 30 nov. 2019.

_____. **Carta de Conjuntura/Mercado**. Brasília: Ipea Mídia, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34242. Acesso em: 11 dez. 2019.

LAVINAS, Lena. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: M. I. B. da Rocha (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP: NEPO: UNICAMP, Ed. 34, 2000.

LÓSSIO, Rúbia Aurenívea Ribeiro; PEREIRA, César de Mendonça. A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares de Cultura**, III, 2007.

LEAL, Giuliana Franco; LOBO, Thayse de Almeida; CHAVES, Stefani Ribeiro. Feira livre: interações em um espaço urbano. **InterEspaço**, v. 4, n. 15 p. 288-302 set./dez. 2018

LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 19, n.1, p. 59 – 77, abr. 2010.

LIMA, Anna Erika Ferreira; SAMPAIO, José Levi Furtado. Aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara – Ceará: relações e trocas. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

LIMA, Jaqueline da Silva. Desemprego no rural semiárido alagoano: a reafirmação da “infantaria ligeira do capital”. In: I CONGRESSO NACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO, 1., 2018. **Anais...** Natal – RN, 2018.

LUCENA, Thaís Cavalcanti et al. **Diagnóstico socioeconômico dos feirantes de Vicência-PE**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS (COINTER), 3. 2018, João Pessoa – PB. Pôster.... João Pessoa, 2018.

LUCIANO, Wilyan Rodrigo. **Agricultura familiar no contexto da feira do produtor rural “Feira Corujão” no município de Rio Claro – SP**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2017.

MAGALHÃES, Victor Alves; FERREIRA, Kilvia Souza; CAVALCANTE, Lara Capelo. Feiras móveis: uma perspectiva histórica comparativa com as feiras medievais. **Extensão em Ação**, v.2, n.14, p. 7 – 20, Jul./Dez. 2017.

MAIA, Alexandre Gori; BUAINAIN, Antonio Marcio. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins** [Online], n. 25, 2015, posto online no dia 19 novembro 2015. Acesso em: <https://journals.openedition.org/confins/10548?lang=pt#quotation>. Acesso em: 02 dez. 2019.

- MARTINS, Mary Lourdes Santana; ALVIM, Ronaldo Gomes. Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 11, n. 2, p. 379-390, maio-ago. 2016.
- MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 4, UFG/IESA p.72-87, agosto/2008.
- MEDEIROS, Jussara Caetano de. **O turista vai à feira: usos e possibilidades do turismo cultural na feira de Currais Novos/RN**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos – RN, 2012.
- MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de história oral**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017.
- MORIM, Júlia. **Quilombolas de Alcântara/MA**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 6 ago. 2019.
- MOTT, Luiz Roberto. **A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco**. 1975. 348 f. Tese de Doutorado (Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 1975.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- OLIVEIRA, José Clovis Pereira de et al. O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em Ciências Humanas. In: III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3. 2016, Natal – RN. **Anais....** Natal: Realize, 2016, p. 1 – 13.
- PAPALIA, Diane. E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. Trad. Carla Filomena Marques Pinto Vercesi et al. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- PECCINI; Michel Diego; HARTMANN, Luiz Carlos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Experiência das feiras livres da agricultura familiar camponesa. In: III JORNADA QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO, 3. 2015, Curitiba. **Anais....** Curitiba: UFPR, 2015.
- PEREIRA, Viviane Guimarães; BRITO, Tayrine Parreira; PEREIRA, Samanta Borges. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano - UNITAU**, v. 10, edição 20, p. 67 – 78, dez. 2017.
- PIERRI, Maria Clara Queiroz Mauricio; VALENTE, Ana Lucia Eduardo Farah. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. In: XLVIII CONGRESSO

DA SOBER, 48., 2011, Campo Grande. PCT IICA/MDA. **Anais...** Campo Grande: NEAD, 2011. p. 8 – 20.

PLOEG, Jan Douwe van der et al. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391 – 408, out. 2000.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RAMOS, Camila Irigónhé. **Frutas, legumes e verduras nas feiras-livres de Pelotas e sua contribuição na segurança alimentar e nutricional**. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Alimentos) – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2015.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais**. Fortaleza: BNB/ETENE, 2007.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al. A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. **Unimontes Científica**, v.5, n.1, p. 1 – 20, jan./jun. 2003.

ROCHA, Ariadne Enes et al. Caracterização política e socioeconômica das mulheres da feira agroecológica e solidária do circuito de feiras agroecológicas da região do Baixo Munim, MA. In: RODRIGUES, Tayronne de Almeida; LEANDRO NETO, João; GALVÃO, Dennyura Oliveira (Orgs.). **Meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia** [recurso eletrônico]: Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019, p. 84 – 99.

RODRIGUES, João Freire. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. **Análise Social**, n. 211, p. 430 – 456, jun. 2014.

RODRIGUES, Maria José; SILVA, Francine Borges. Considerações teóricas sobre rede urbana. **Revista eletrônica do Curso de Geografia do Campus Jataí – UFG**, n. 8, jan.- jun. 2007.

RODRIGUES, Reginaldo. **Alcântara: Patrimônio Histórico Nacional que busca a consolidação do turismo**. 2008. Disponível em: <<http://www.jornalcazumba.com.br/index.php?conteudo=noticia&idconteudo=567>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

SANTOS, Michel Souza. **Um diagnóstico da transformação da feira livre de Queimadas – PB**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Trad. Myrna T. R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4.ed., 5. reimp. São Paulo: EDUSP, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, Agricultura Familiar e pluriatividade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 18, n.51, p. 99 – 122, Feb. 2003.

_____. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: EDUFRGS. 2016.

SECID. Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano. **Oficinas de Leituras Comunitárias para Elaboração do Diagnóstico do PDDI**. São Luís: SECID, 2018.

Disponível: http://www.secid.ma.gov.br/pddi/wp-content/uploads/2018/03/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_alcantara_final.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Coordenadoria de Programas Especiais. Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro. **Macrozoneamento do Golfão Maranhense; Diagnóstico Ambiental do Município de Alcântara**. Estudo Sócio-Econômico e Cultural. – São Luís: Sema/ MMA/PNMA, 1998.

SILVA, Edmilson Menezes da et al. **O desenvolvimento econômico e social da Feira Livre de Umbaúba, 1989 a 2009**. Sergipe, 2010. Disponível em:

http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_38080/artigo_sobre_o-desenvolvimento-economico-e-social-da-feira-livre-de-umbauba--1989-a-2009-. Acesso em: 23 nov. 2019.

SILVA, Elizabeth de Brito et al. Diagnóstico da qualidade da feira livre de Areia. In: X ENCONTRO DE EXTENSÃO, 10., 2008, UFPB – PRAC. **Anais....** João Pessoa – PB, 2008.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O Novo Rural Brasileiro. In: IAPAR (Org.). **Ocupações Rurais Não-Agrícolas**. Oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000, p. 165 – 173.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP. IE, 2002.

SILVEIRA, Maria Laura. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os dois circuitos da economia urbana. In: X SIMPURB, 10., 2007. **Anais....** Florianópolis. 2007.

SILVEIRA, Miguel Angelo da. Multifuncionalidade da agricultura familiar em Araras (SP) e os desafios à pesquisa agropecuária. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 123-134.

SILVEIRA, Vítor Cardoso da et al. Avaliação da importância das feiras livres e a forma de comercialização adotada pelos feirantes na cidade de nova Andradina – MS. In: I ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, 1., 2017. Desenvolvimento e Inovação. Naviraí, MS. **Anais....** Naviraí, MS: Universidade Federal do Mato Grosso Sul, 2017, p. 1 – 12.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, Ana Lucia Eduardo Farah. Renovação analítica do “novo rural” e o ecletismo metodológico. **Cadernos do CEAM**, n. 25, UnB, p.33 – 59, 2006.

_____. **Segurança alimentar e construção social da qualidade de produtos da Agricultura Familiar** (Feira do Gama – DF). Texto digitado. 2008.

VAZ, Luciano Mendes Souza et al. Diagnóstico dos resíduos sólidos produzidos em uma feira livre: o caso da feira de Tomba. **Sitientibus**, v. 28, p. 145 – 159, 2003.

VERGER, Pierre. Contribuição ao estudo dos mercados nagôs do Baixo Benin - com a parceria de Roger Bastide. Tomo I. **Artigos**, São Paulo, Corrupio, 1992, p. 119 – 159.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 3. ed. São Luís: AML/Alumar, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Agricultura e Sociedade**, 15, p. 87-146, 2000.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. Introdução – Breves observações sobre feiras, mercados e campesinatos. In: _____. **Feiras, feirinhas e feirões: a ‘economia dos centavos em foco’**. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 7 – 10.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Continua



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da pesquisa – DIAGNÓSTICO SOCIOECONOMICO E CULTURAL DE FEIRAS LIVRES DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA-MA

Objetivo Geral: Realizar um diagnóstico socioeconômico e cultural dos feirantes que comercializam seus produtos nas feiras livres da cidade de Alcântara – MA.

Pesquisadores Responsáveis:

- **Rita de Cássia Gomes da Silva** – Estudante do Curso de Agronomia da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Paulo VI/São Luís – MA.
- **Ariadne Enes Rocha** – Professora do Departamento de Fitotecnia e Fitossanidade da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Paulo VI/São Luís – MA.

Eu, _____, RG n° _____, residente _____, telefone n° _____, fui convidado(a) a participar de um estudo sobre o Diagnóstico Socioeconômico e Cultural de Feiras Livres e dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário(a) desta pesquisa.

Assinando este Termo de Consentimento, estou ciente de que:

- Esta pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) em Agronomia da estudante-pesquisadora Rita de Cássia Gomes da Silva. Portanto, não há nenhum fim lucrativo, mas exclusivamente acadêmico e científico.
- A pesquisa acontecerá assim: deverei responder a um questionário com dois tipos de questões. A primeira parte do questionário é composto por questões sociodemográficas (que inclui dados pessoais como: idade, sexo, etc.; e dados familiares como: onde moro, renda familiar, etc.). A segunda parte, trará questões relacionadas à origem dos produtos comercializados, intermediários, dificuldades na comercialização, etc.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
Conclusão

- Talvez seja a primeira vez que você é convidado (a) para participar de uma pesquisa, mas é importante saber que as informações dadas por você serão classificadas como confidenciais, seus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais serão utilizados apenas para alcançar os objetivos desse trabalho. Sendo assim, estes resultados poderão ser publicados na literatura científica especializada, mas isso será feito sem qualquer identificação dos participantes.



- A gente comunica também que, poderá ser feita algumas fotografias para registrar o momento, mas será exclusivamente para as finalidades da pesquisa.



- Mas, se em algum momento se sentir incomodado (a), você pode nos procurar e dizer. Se também não quiser mais participar da pesquisa, por qualquer motivo, saiba que não haverá problema, você não será penalizado, não sofrerá nenhum dano e não terá nenhum custo por isso.

- Se você tiver alguma dúvida pode nos perguntar pessoalmente, ou, então, pode entrar em contato pelo telefone: (98) 99146-3218.



- Portanto, afirmo que:
 - Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e sei que a qualquer momento poderei pedir novas informações.
 - Sei também que, se for do meu interesse, poderei ter à minha disposição os resultados desta pesquisa.
 - Recebi uma cópia deste Termo e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) Participante

Rita de Cássia Gomes da Silva
Assinatura da Responsável em obter o Consentimento

APÊNDICE B – Questionário sociodemográfico, sobre as atividades dos(as) feirantes e sobre as feiras
 Continua



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
 CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
 CURSO DE AGRONOMIA

QUESTIONÁRIO

Nome:

1. Gênero:

- Feminino
 Masculino
 Transexual (quando a identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico)
 Prefiro não responder
 Outro: _____

2. Qual a sua idade? _____

3. Onde você mora?

- Zona Rural Zona Urbana
 Local: _____

4. Escolaridade

- Não alfabetizado
 Fundamental Incompleto
 Fundamental Completo
 Ensino Médio Incompleto
 Ensino Médio Completo
 Superior Incompleto
 Superior Completo

5. Em qual grupo étnico você se inclui?

- Branco (descendente de europeus ou outros povos de cor branca)
 Negro (descendentes dos povos africanos)
 Indígena (descendente dos povos nativos do Brasil)
 Pardo (descendentes da mistura dos grupos anteriores, por exemplo, negro com branco)
 Amarelo (descendentes dos povos asiáticos)

6. Qual a sua filiação religiosa?

- Sem religião Católica
 Protestante Candomblé
 Umbanda Espírita
 Outra: _____

7. Situação Conjugal:

- Solteiro(a) Casado(a)/ “vivendo juntos”
 Divorciado(a)/
 Separado(a) Outro: _____

8. Possui filhos?

- Não Sim. Quantos?

9. Qual a sua renda familiar mensal (soma dos salários brutos de toda a sua família)?

- Até um salário-mínimo (até R\$ 998,00)
 Entre 1 a 2 salários-mínimos
 (R\$ 998,01 a R\$ 1.995,99)
 De 2 a 4 (inclusive) salários-mínimos
 (R\$ 1.996,00 a R\$ 3.992,00)
 Entre 4 a 6 (inclusive) salários mínimos
 (R\$ 3.992,01 a R\$ 5.988,00)
 Acima de 6 salários mínimos
 (acima de R\$ 5.988,00)

10. Quantas pessoas moram em sua casa (incluindo você)?

- 1 – 3 pessoas 8 – 11 pessoas
 4 – 7 pessoas Mais de 11 pessoas

11. Qual a contribuição da comercialização na feira para a sua renda familiar?

- É responsável por toda renda familiar (100%)
 Tenho outras fontes de renda, mas ajuda com a metade da renda familiar (50%)
 Ajuda na renda familiar, mas pouco (25%)
 Não ajuda quase nada (Menos de 10%)

APÊNDICE B – Questionário sociodemográfico, sobre as atividades dos(as) feirantes e sobre as feiras
Conclusão

12. Qual a frequência com que comercializa aqui?

- Todos os dias em um turno
 Todos os dias em dois turnos
 Todos os dias, exceto domingo
 Apenas um dia
 2 a 3 dias
 4 a 6 dias

13. Algum membro da família ajuda na comercialização?

- Não Sim. Quem? _____

14. Há quanto tempo você comercializa neste local?

15. Por que começou a comercializar nesta Feira?

16. Quais os produtos que você comercializa aqui?

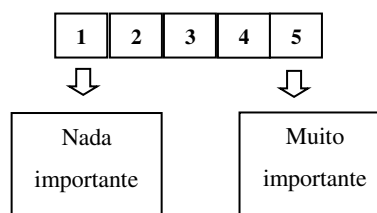
17. Qual a origem dos produtos comercializados? Compra de quem?

18. Quais as dificuldades que encontra nesta feira?

19. Vocês recebem assistência e/ou orientação de algum órgão (Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Sindicato Rural, etc.)?

- Não Sim. Quais? _____

20. Marque na escala abaixo o quanto você considera que seja importante este espaço para o município/região:



21. Sobre a feira, aponte a seguir:

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS

